

Lula chama agressão de “insanidade”

Morticínio civil em Gaza “é inaceitável”, diz Brasil no Egito

Israel barra combustível e 120 bebês podem morrer nas UTIs, alerta a ONU

Ministro Mauro Vieira participou no sábado (21) da Cúpula do Cairo, Egito, e disse em nota que é chegado o momento de “pôr um ponto final a esse derramamento de sangue e a essa guerra que, no fundo, afeta todo mundo”. O Brasil disse que os bombardeios de

Israel contra hospitais em Gaza são “inaceitáveis” e defendeu que a comunidade internacional deve agir para assegurar “um cessar-fogo imediato” e a criação de corredores humanitários. No domingo, a ONU alertou que o bloqueio de combustível para geradores pode matar 120 bebês em UTIs. **Págs. 3, 6 e 7**



Criança palestina reconhece o corpo da irmã mais nova, assassinada pelo bombardeio israelense em Gaza

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.928 25 a 31 de Outubro de 2023



CNI responsabiliza o Banco Central pela crise na indústria



Multidão pede em Paris o fim imediato da barbárie de Israel

Uma multidão foi às ruas de Paris no domingo (22), em uma das maiores manifestações da Europa em defesa da Palestina e contra o terrorismo do governo de Israel. Os manifestantes repudiaram os ataques contra a Faixa de Gaza que já deixaram 4.651 mortos e 14.245 feridos, segundo o Ministério da Saúde do Estado da Palestina. O ato exigiu um cessar-fogo imediato, o fim do cerco de Israel à Faixa de Gaza e defendeu a entrega de ajuda humanitária à região. **Pág. 7**

O presidente eleito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, cobrou uma redução mais célere e afirmou que o Banco Central (BC) “exagerou” ao elevar a taxa básica de juros da economia (Selic), que permaneceu fixada em 13,75% de agosto de 2022 até agosto deste ano. **Página 2**

Prévia do PIB cai 0,77% em agosto

A atividade econômica brasileira caiu 0,77% no mês de agosto ante julho deste ano, de acordo com Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central (BC), chamado de prévia do PIB. Esse é o maior recuo no indicador desde maio deste ano, quando o tombo foi de 1,85%. **Pág. 2**

CPMI apontou crimes golpistas de Bolsonaro de seus aliados

Foram mais de 7 horas de discussão e embates, entre os representantes do governo e da oposição bolsonarista, quando o colegiado da CPMI do Golpe aprovou, na quarta-feira (18), o relatório final da comissão. Bolsonaro encabeça a lista de indiciados, com boa parte da cúpula de seu governo. **Pág. 3**



Argentina: Massa vence 1º turno e enfrenta fascista Milei no segundo

O peronista Sergio Massa, da coalizão União pela Pátria, venceu as eleições presidenciais na Argentina, no domingo, com seis pontos percentuais – 1,5 milhão de votos – na frente do fascista Javier Milei, do partido A Liberdade Avança, garantindo o segundo turno no dia 19 de novembro. Massa obteve 36,8%, contra 30% de Milei, enquanto a macrista Patricia Bullrich, do Juntos pela Mudança, ficou nos 23,83%. **P. 6**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Demissões na GM são ilegais”, denuncia sindicato

Prévia do PIB recua 0,77% em agosto

Influenciado pelas quedas no comércio e no setor de serviços, índice de atividade do Banco Central recua frente a julho

A atividade econômica brasileira caiu 0,77% no mês de agosto ante julho deste ano, de acordo com Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central (BC). Esse é o maior recuo no indicador desde maio deste ano, quando o tombo foi de 1,85%.

O recuo observado no mês de agosto ocorreu após duas variações positivas mensais, 0,22% em junho e 0,42% em julho. O indicador IBC-Br é considerado uma prévia do PIB, divulgado oficialmente pelo IBGE. No trimestre (jun, jul e ago), o índice aponta que o PIB retraiu em -0,65% frente aos mesmos três meses de 2022 – já desconsiderando os efeitos de variações sazonais. O PIB é a soma do conjunto de todas as riquezas, bens e serviços produzidos em um País.

Como efeito da política austera do BC, que se dá por meio da elevada taxa básica de juros (Selic), a economia brasileira desacelerou no segundo trimestre de 2023, ao registrar um crescimento de 0,9% frente ao trimestre imediatamente anterior (1,9%). O BC “independente” de Roberto Campos Neto manteve por um ano a taxa Selic em 13,75%, de agosto de 2022 a agosto deste ano, desempenhando neste nível o seu papel de inibir os investimentos públicos e privados, elevar o endividamento das empresas e das famílias e abater a demanda de bens e consumo, além da geração de emprego no país.

Após a insurgência de empresários do setor produtivo, governo, entre outros contrários às altas taxas de juros praticadas no Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC cortou em 1 ponto percentual a taxa Selic, sendo em meio ponto percentual a cada reunião, que se encontra hoje em 12,75% ao ano, mantendo o seu poder negativo sobre as atividades econômicas do País.

Em agosto, houve quedas no volume dos serviços (-0,9%) e nas vendas do comércio (-0,2%). Já a produção industrial (alta de 0,4%) praticamente ficou parada no mês diante da fraca demanda de bens e serviços no país. Ambos os resultados são em comparação com julho deste ano.

Na semana passada, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, sinalizou que a intenção do BC seria frear o ritmo de cortes da taxa Selic para 0,25 ponto percentual, do que aumentar para 0,75 ponto. A manifestação teria ocorrido em uma reunião fechada, no encontro do FMI que ocorreu em Marrakesh, no Marrocos.

Com a repercussão negativa, Campos Neto afirmou que foi mal interpretado.

“Uma das falas em Marrocos gerou um ruído, sobre um tema de como era o balanço de riscos e o que a gente entendia que era a probabilidade [de cortar] 0,25 [ponto] ou 0,75. Em nenhum momento falei nada, nem remotamente, parecido com o que foi interpretado, de que a probabilidade de uma coisa era maior que a outra”, disse na última quarta-feira em um evento promovido por UBS e Credit Suisse, em São Paulo.

Em sua explicação ainda, o presidente do BC deixou claro que não está com nenhuma pressa para acelerar os cortes da Selic.

“A gente (Copom) entende, ainda, que 0,50 (ponto percentual) é um ritmo apropriado e a gente vai discutir na reunião do Copom que será em duas, três semanas. Vamos olhar as variáveis e ver o que mudou de uma reunião para outra e aí a gente vai comunicar, se tiver uma percepção de que alguma coisa mudou, esse não é o nosso cenário”, disse Campos.

O BC sustenta a manutenção da Selic em níveis escorchantes com o pretexto de combater a inflação, que neste ano está sob controle, não por conta da política do BC, mas pela melhora na oferta de commodities e insumos industriais que, consequentemente, levaram a reduções nos preços dos alimentos e de energia e uma diminuição nos custos da indústria.

Na comparação com agosto de 2022, a atividade econômica subiu 1,28%. No acumulado do ano, o índice registrou 3,06% e em doze meses, 2,82%.

BC precisa acelerar a queda do juro, diz novo presidente da CNI



Ricardo Alban assume a presidência da CNI este mês de outubro



Vendas do comércio caem com juro elevado e alto endividamento das famílias, diz Iedi

Metade dos dez ramos pesquisados pelo IBGE, cujo funcionamento demanda algum tipo de crédito, ficaram no vermelho em agosto, destaca o instituto

Ao analisar os dados do comércio varejista, divulgados pelo IBGE, nesta quinta-feira (18), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) destaca que, dos dez ramos pesquisados pelo instituto de pesquisa, “metade ficou no vermelho na série com ajuste, compreendendo mercados cujo funcionamento demanda, em maior ou menor grau, algum tipo de crédito e, por isso, estão enfraquecidos pelos níveis elevados de taxas de juros atualmente praticados e pelo alto endividamento das famílias”.

Em agosto, “o comércio varejista, tal como os serviços, ficou no vermelho”. “Em seu conceito ampliado, que inclui as vendas de veículos, material de construção e atacarejo, o recuo foi de -1,3% frente a julho deste ano, já descontados os efeitos sazonais”, escreveu o Iedi, em sua carta intitulada “Poucos alicerces para um dinamismo superior”.

Em agosto, as vendas de artigos de uso pessoal e doméstico recuaram -4,8%, as de Móveis e eletrodomésticos caíram -2,2%, as de Tecidos, vestuário e calçados apresentaram -0,4%, e as de Livros, jornais, revistas e papeleria caíram -3,2%. Na modalidade ampliada, o resultado negativo veio puxado pelas vendas de material de construção (-0,1%).

“Para os ramos mencionados”, observa o Iedi, “o sinal negativo não é uma novidade e marca a maioria dos meses de 2023 na série com ajuste sazonal. E isso vale também para a comparação com igual período do ano anterior na maioria dos casos”.

A retração do volume de serviços prestados no país atingiu quatro das cinco

Na comparação com o mesmo período de 2022, as vendas de móveis e eletrodomésticos registraram queda de -1,5%, os tecidos, vestuário e calçados, recuo de -7,0% e de livros, jornais, revistas e papeleria, de -15,7%, enquanto as vendas totais do varejo ampliado avançaram +3,6%, com destaque para queda nas vendas de material de construção (-0,5%).

“Outro caso a ser mencionado”, também destaca o instituto, “é o de outros artigos de uso pessoal e doméstico, ramo que inclui as lojas de departamento, com declínio de -4,8% ante julho. Foi o pior resultado na série com ajuste sazonal. Frente a agosto de 2022, caiu -7,9%, não tendo apresentado, por ora, nenhuma variação positiva em 2023”.

“Além deste, há também o ramo de material de construção (-0,1% ante julho deste ano, com ajuste), artigos farmacêuticos, ortopédicos e de perfumaria e cosméticos (+0,1%) e equipamentos de escritório, informática e comunicação (+0,2%), todos virtualmente estagnados. No caso de material de construção, a queda de -0,5% em agosto de 2023 foi sua sétima variação negativa consecutiva na comparação interanual”, ressaltou o instituto.

Em sua avaliação, ainda, o Iedi afirma que apenas dois ramos do comércio estão funcionando como alicerces para o varejo nos últimos meses, evitando um desempenho ainda mais fraco do setor: Hipermercado, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+0,9%), e veículos e autopeças (+3,3%). Juntos, esses ramos

“representam cerca de 50% do setor na pesquisa mensal do IBGE”, lembra o Instituto. “No caso de supermercados, alimentos, bebidas e fumo, cujas vendas aumentaram +0,9% na passagem de julho para agosto, já corrigidos os efeitos sazonais, e +5,6% em comparação com agosto de 22, além de incluírem itens essenciais da cesta de consumo das famílias, também contam com redução da inflação de produtos de peso”.

O ganho nas vendas de supermercado reflete a inflação em queda, de acordo com a avaliação do Iedi. “No acumulado dos oito primeiros meses do ano, enquanto o IPCA total acumulou aumento de +3,23%, a inflação ao consumidor da alimentação em domicílio registrou variação de -1,82%, um quadro radicalmente distinto daquele verificado em janeiro-agosto de 2022: +4,39% ante +11,85%, respectivamente”.

No caso das vendas de veículos e autopeças, esse ramo foi beneficiado pelo programa de redução de impostos do governo federal, que impulsionou as vendas das montadoras de veículos por estarem com seus pátios abarrotados de carros diante da baixa demanda.

“Embora tal estímulo ainda não tenha chegado à produção da indústria automobilística, suas vendas no varejo saltaram +17,8% em junho de 2023, +9,8% em julho e +10,8% em agosto na comparação interanual. Na série com ajuste sazonal, registrou expansão de +3,3% em agosto último”.

Setor de serviços fica no vermelho em agosto

atividades investigadas. O resultado negativo veio puxado pelos serviços de transporte (-2,1%), que obteve recuo em todo os seus segmentos: terrestres (-0,9%); aquaviário (-1,3%); aéreo (-0,3%), e armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio (-5,5%).

Os serviços de transportes vêm sofrendo a influência negativa do recuo nas atividades de portos e

terminais e de transporte rodoviário de cargas. Desde o pós-pandemia, o transporte de carga brasileiro estava apresentando ganhos de receita diante da alta demanda por eletrônicos e pelo desempenho da produção agrícola, que vem mostrando recordes de safra.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/volume-de-servicos-cai-09-em-agosto-diz-ibge/>

“Que o Banco Central, seguramente ao nosso ver, exagerou no remédio!”, afirmou Ricardo Alban. “Nós precisamos ter uma forma mais célere de reduzir a taxa de juros”, completou

O presidente eleito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, cobrou uma redução mais célere e afirmou que o Banco Central (BC) “exagerou” ao elevar a taxa básica de juros da economia (Selic), que permaneceu fixada em 13,75% de agosto de 2022 até agosto deste ano.

Alban, em entrevista ao site Poder360, ao avaliar que o BC “errou” em manter a taxa Selic em um patamar tão alto durante este tempo, cobra mais celeridade no ritmo de queda da taxa, que hoje está 12,75% ao ano.

“Que o Banco Central, seguramente ao nosso ver, exagerou no remédio, exagerou no remédio!”, criticou Alban. “Então, falando sem nenhum tipo de preconceito, nenhum tipo de ideologia, eu tenho certeza, sim, que nós precisamos ter uma forma mais célere de reduzir a taxa de juros”, declarou.

Após ser vice-presidente da entidade por cinco anos, desde 2018, Ricardo Alban assumirá o comando da CNI no próximo dia 31 de outubro. Além de empresário e sócio-diretor da Biscoitos Tupy (uma fábrica de

alimentos baiana) também exerceu desde 2014 o cargo de presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

Alban também fez críticas ao spread bancário, definido como a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e o custo financeiro de captação dos recursos, ou seja, esta taxa tem que cobrir todos os custos operacionais e ainda gerar lucros para os bancos.

Em agosto, o spread bancário médio no crédito livre estava em 32,3 pontos percentuais, segundo dados do BC. Para pessoas físicas, o spread se encontrava em 46,4 pontos percentuais. Já para pessoa jurídica, o spread médio ficou em 11,6 pontos percentuais no período.

Para Alban, o spread em patamares tão elevados atrapalha a indústria. “Além da Selic, é o spread bancário, que está absurdamente caro... Quando nós conseguimos ter um spread bancário acima de 2%, 3% ao ano será um motivo de comemoração. Hoje é inadmissível você pensar de um modo geral um spread abaixo de 1% ao mês”, criticou o presidente eleito da CNI, que defende uma discussão “séria” sobre este tema.

Mercadante adia devolução ao Tesouro e garante recursos do BNDES para investimentos

Liquidação antecipada do aporte feito pela União, no valor de R\$ 23 bilhões, será feita em 8 parcelas até 2030

O BNDES e o Ministério da Fazenda fecharam um acordo para parcelar o pagamento de R\$ 23 bilhões do restante do aporte de R\$ 440,8 bilhões feito pela União ao banco de fomento, entre 2009 e 2014, para fazer frente aos efeitos da crise financeira mundial de 2008. O restante da dívida, que seria paga na totalidade até novembro deste ano, será parcelada em oito vezes até 2030.

Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, esses recursos são fundamentais para atender o aumento da demanda de crédito e de desembolso do BNDES.

A devolução antecipada dos recursos aportados ao banco foi uma exigência dos governos anteriores para que o recurso fosse destinado ao pagamento de juro da dívida pública a banco, transferência de recursos públicos que resultaram em grandes perdas para o BNDES, com a redução dos desembolsos do banco aos financiamentos.

Ao assumir a presidência do banco, Mercadante defendeu que parcelar a dívida era uma das prioridades. Segundo o BNDES, o banco já devolveu mais de R\$ 678 bilhões ao Tesouro desde 2015, valor muito superior ao que foi destinado de aporte ao banco de fomento.

O BNDES realizou até o ano passado a liquidação (amortização+juros) regular de R\$ 148,97 bilhões e liquidou antecipadamente R\$ 544,30 bilhões, totalizando R\$ 693,27 bilhões desde 2015.

Em 25 de novembro do ano passado, o então ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, estabeleceu que o saldo do passivo do banco com o Tesouro no valor de R\$ R\$ 69.077.953.932,91 seria amortizado por um pagamento de R\$ 45 bilhões e o remanescente de R\$ R\$ 24.077.953.932,9 até 30 de novembro de 2023, conforme divulgação à época.

Com o acordo, Mercadante conseguiu melhores

condições de pagamento, aliviando o caixa do banco do fomento para que possa atender os financiamentos, que a instituição prevê crescentes, dentro do esforço do governo para reindustrializar o país, atendendo os setores produtivos, a agricultura familiar, entre outros segmentos.

“O BNDES e o Ministério da Fazenda chegaram a um acordo em que a devolução ocorreria de modo que não houvesse descasamento entre as operações já realizadas pelo banco e a devolução dos valores finais”, informou a instituição.

O acordo deve ser homologado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do Acórdão nº 56/2021.

É um acordo necessário para conter a sangria de recursos que foi imposta ao BNDES por gestões anteriores, especialmente pelo governo Bolsonaro, já que os mais de R\$ 544 bilhões de pagamentos antecipados são recursos públicos desviados dos investimentos para serem destinados ao pagamento de juros da dívida, asfixiando o banco de fomento.

O acordo visa aumentar os investimentos, da indústria e outras empresas, com juros mais civilizados, do que os oferecidos pelo “mercado”. Apenas o BNDES tem possibilidades de oferecer crédito nessas condições, entre outros fatores, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que subsidia o lastreamento de operações do banco.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que envolveu linhas especiais de crédito para financiar a compra de máquinas e de equipamentos por empresas e investimentos em pesquisa e inovação, em vias de ser retomado, é uma das linhas de financiamento que também será favorecida no arranjo de maiores recursos para investimento, que o acordo favorece.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovobahia@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Edilson Rodrigues/Senado

CPMI se reuniu na quarta-feira, dia 18

CPI aprova relatório que aponta crimes golpistas do “mito” e seus aliados

Foram mais de 7 horas de discussão e embates, entre os representantes do governo e da oposição bolsonarista, quando colegiado da CPMI do Golpe aprovou, na quarta-feira (18), o relatório final da comissão.

Por 20 votos favoráveis, 11 contrários e nenhuma abstenção, os parlamentares referendaram o parecer da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que pediu o indiciamento de 61 pessoas, entre as quais o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Mesmo sob pesado protesto da oposição, que votou contra o relatório final, o documento segue agora para os órgãos responsáveis pela persecução penal — perseguição ao infrator — para que aprofundem e apurem as responsabilidades.

“O relatório foi subsidiado e construído também por uma equipe de mais alta qualidade, servidores do Senado, da Câmara, da Polícia Federal, do TCU, servidores da Controladoria-Geral da União, do Banco Central, da Receita Federal, servidores de órgãos de fiscalização e controle. São servidores com o mais profundo conhecimento e qualificação técnica, ou seja, o que está consignado aqui foi construído a várias mãos”, disse a relatora, que foi atacada de forma vil pela oposição bolsonarista.

Pedidos de indiciamento no relatório aprovado de Eliziane Gama:

Jair Bolsonaro – ex-presidente da República • Walter Souza Braga Netto – general do Exército, ex-ministro da Defesa, candidato a vice na chapa de Jair Bolsonaro, na eleição de 2022 • Augusto Heleno Ribeiro Pereira – general do Exército, ex-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) • Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira – general do Exército, ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria de Governo e da Casa Civil • Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira – general do Exército, ex-ministro da Defesa • Almir Garnier Santos – almirante de Esquadra, ex-comandante da Marinha • Marco Antônio Freire Gomes – general do Exército, ex-comandante-geral do Exército • Mauro Cesar Barbosa Cid – tenente-coronel do Exército, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro • Luís Marcos dos Reis – sargento do Exército, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro • Ailton Gonçalves Moraes Barros – ex-major do Exército • Antônio Elcio Franco Filho – coronel do Exército • Jean Lawand Júnior – coronel do Exército • Anderson Gustavo Torres – ex-ministro da Justiça, ex-secretário de Segurança Pública do DF • Marília Ferreira de Alencar – ex-diretora de inteligência do Ministério da Justiça • Silvinei Vasques – ex-diretor-geral da PRF (Polícia Rodoviária Federal) • Filipe G. Martins – ex-assessor-especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República • Alexandre Carlos de Souza Silva – PRF • Marcelo de Ávila – PRF • Maurício Junot – sócio de empresas com contratos com a PRF • Carla Zambelli – deputada federal • Marcelo Costa Câmara – Coronel do Exército, ex-ajudante de ordens da Presidência da República • Ridauto Lúcio Fernandes – general da reserva do Exército • Meyer Nigri – empresário e difusor de conteúdos no WhatsApp

Agentes públicos do GSI, no dia 8 de janeiro de 2023:

• General do Exército Carlos José Russo Assumpção Pentead • General do Exército Carlos Feitos Rodrigues • Coronel do Exército Wanderli Baptista da Silva Junior

• Coronel do Exército André Luiz Furtado Garcia • Tenente-coronel do Exército Alex Marcos Barbosa Santos • Major do Exército José Eduardo Natale de Paula Pereira • Sargento do Exército Laércio da Costa Júnior • Coronel do Exército Alexandre Santos de Amorim • Tenente-coronel da PMDF Jader Silva Santos

Agentes públicos da PMDF:

• Coronel Fábio Augusto Vieira • Coronel Kleptor Rosa Gonçalves • Coronel Jorge Eduardo Barreto Naim • Coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra • Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues • Major Flávio Silvestre de Alencar • Tenente Rafael Pereira Martins

Difusores de conteúdo falso nas redes sociais:

• Tércio Arnaud Tomaz – ex-assessor especial no Palácio do Planalto • Fernando Nascimento Pessoa • José Matheus Sales Gomes – ex-assessor especial no Palácio do Planalto Financiadores dos atos, segundo o relatório aprovado:

• Adauto Lúcio de Mesquita – empresário • Joveci Xavier de Andrade – empresário • Ricardo Pereira Cunha – integrante do grupo Direita Xinguara (PA) • Maurício Soares de Jesus – empresário • nric Juvenal da Costa Laureano – consultor da Associação Nacional do Ouro.

Financiadores integrantes do grupo Movimento Brasil Verde e Amarelo:

• Antônio Galvan – sócio-geral • Jefferson da Rocha – advogado • Vitor Geraldo Gaiardo – sócio-geral • Humberto Falcão – sócio-geral • Luciano Jayme Guimarães – sócio-geral • José Alípio Fernandes da Silveira – sócio-geral • Valdir Edemar Fries – sócio-geral • Júlio Augusto Gomes Nunes – comerciante • Joel Ragagnin – sócio-geral • Lucas Costa Beber – sócio-geral • Alan Juliani – sócio-geral Condenados por bomba em Brasília:

• George Washington de Oliveira Sousa • Alan Diego dos Santos Rodrigues • Wellington Macedo de Souza

Brasil condena na Cúpula do Egito a destruição em Gaza



Angela Weiss/AFP

Ministro Mauro Vieira, das Relações Exteriores, disse que é “inaceitável” a destruição Lula lamenta 1.500 crianças mortas pelos bombardeios de Israel: ‘é uma insanidade’

O presidente Lula participou, na sexta-feira (20), de forma online, da celebração dos 20 anos do programa Bolsa Família e defendeu a distribuição de renda como ferramenta de diminuição da desigualdade e combate à fome.

Ele lamentou a morte de 1.500 crianças palestinas por conta dos bombardeios de Israel e disse que a guerra é uma “insanidade”.

Em primeira aparição pública desde sua cirurgia, Lula, ao lado de Janja, sua esposa, lembrou da importância de Dom Mauro Morelli, que faleceu no dia 9 de outubro, no trabalho de “chamar atenção da sociedade sobre a fome existente no Brasil”.

Para Lula, o Bolsa Família é importante porque combate a desigualdade social.

“Muito dinheiro na mão de poucos significa concentração de riqueza, empobrecimento, desnutrição, mortalidade infantil e fome. Pouco dinheiro nas mãos de muitos, como o Bolsa Família, significa o contrário, significa a pessoa poder comer três vezes ao dia, continuar na escola e diminuir a evasão” e diminuir a mortalidade infantil,

disse o presidente.

Lula afirmou que devemos “adotar o lema de que pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de renda e levar o povo a ter um emprego”.

O presidente salientou a importância da ajuda do governo para os pequenos produtores de alimentos e criticou a falta de reajuste nos pagamentos para alimentação escolar nos últimos anos, uma vez que Bolsonaro vetou o aumento.

No discurso, Lula prestou solidariedade “às crianças que morreram na guerra da Rússia e Ucrânia e que estão morrendo nessa luta insana entre o Hamas e o estado de Israel. Não é possível tanta irracionalidade e insanidade, que as pessoas façam uma guerra tendo em conta que as pessoas que estão morrendo são mulheres, idosos e crianças”.

Ele ainda citou a morte de 1.500 crianças na Faixa de Gaza, atingidas pelo bombardeio indiscriminado de Israel.

Essas crianças não “tem nada a ver com a guerra” e não pediram para que Israel agisse “de forma insana e matasse eles”.

O Brasil deve de-

fender, em “alto e bom som”, a paz e que “a gente não resolve o problema com bala e foguete”.

A solenidade foi organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, chefiado por Wellington Dias. O ministro apontou que o maior objetivo do programa Bolsa Família é que as pessoas saiam da pobreza e não precisem mais de assistência. “Daquela primeira geração [de beneficiários], 64% de seus filhos saíram da pobreza”, disse.

VENEZUELA

Na quinta-feira (19), Lula criticou o bloqueio dos Estados Unidos contra a Venezuela e disse que recebeu com satisfação a retirada de sanções americanas contra o país sul-americano.

“Recebi com satisfação a notícia de que o governo dos EUA retirou sanções contra a Venezuela, depois que o governo e a oposição venezuelanos assinaram um acordo para eleições justas no ano que vem”, afirmou Lula.

“Sanções unilaterais prejudicam a população dos países afetados e dificultam processos de mediação e resolução de conflitos”, completou o presidente.

Bombardeio terrorista de Israel mata família brasileira na Faixa de Gaza

Bombas de Israel mataram uma família de brasileiros na noite da quinta-feira (19) em Gaza, informou a Embaixada do Brasil no país. Hasan Rabe, também brasileiro, que tenta deixar o território, disse que seu primo, a esposa, filhos e netos estavam em prédio atingido por ataque israelense e todos morreram.

“Teve um bombardeio perto da casa deles e o prédio inteiro foi destruído. Era um cidadão do bem, trabalhador, não tem nada a ver com isso. Não sei nem quantas crianças têm de morrer para parar essa guerra e os ataques contra civis aqui na Faixa de Gaza”, disse Hasan. Ele afirmou, ainda, que cerca de 60 pessoas, no total, morreram nesse ataque.

A Embaixada do Brasil na Palestina confirmou a morte da família no bombardeio israelense no norte do território. Todos os integrantes da família assassinada queriam vir com os parentes para o Brasil. O embaixador do Brasil na

Palestina, Alessandro Candeas, disse que os parentes não tinham cidadania brasileira.

Na semana passada, o governo israelense pediu à população de todo o norte da Faixa de Gaza, inclusive a Cidade de Gaza, que deixasse suas casas e rumassem ao sul do território. Ao mesmo tempo, a ditadura de Netanyahu despejou bombas na região sul também, indicando que continuaria com o morticínio de civis também no sul, que faz fronteira com o Egito.

Israel está bombardeando hospitais, escolas, igrejas e residências. O número total de mortos em Gaza desde o início da guerra era de 4.137 até a manhã desta sexta. Muitos palestinos relataram não ter para onde ir, já que, pelo atual acordo que está sendo costurado entre os governos egípcio e israelense para a abertura da fronteira, apenas estrangeiros poderão deixar a Faixa de Gaza. O Brasil tentou a criação de corredores humanitários

mas os EUA vetaram a proposta brasileira no Conselho de Segurança da ONU.

Rabe vive no Brasil e visitava a família em Gaza quando a guerra estourou. Desde então, já havia dado entrevistas relatando a tensão no território de onde 26 brasileiros tentam sair. Ele chegou a dizer que ficou sem água potável para beber, mas depois recebeu mantimentos da Embaixada brasileira. Centenas de caminhões esperam no lado egípcio com mantimentos para a população de Gaza, mas Israel não permite a entrada.

Ele está no grupo de brasileiros que aguardam pela abertura da fronteira entre o sul de Gaza e o Egito em Khan Younes. Uma outra parte de brasileiros está em Rafah, a cidade fronteiriça e onde ficam os postos de controle. Além dos brasileiros, centenas de outros estrangeiros e milhares de palestinos lotam essas duas cidades à espera de uma resolução nas negociações entre Israel e Egito para a abertura da fronteira.

Chanceler Mauro Vieira participou, no sábado (21), da Cúpula de Cairo, Egito, e disse em nota que é chegado o momento de “pôr um ponto final a esse derramamento de sangue”

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse que os bombardeios de Israel contra hospitais em Gaza são “inaceitáveis” e defendeu que a comunidade internacional deve agir para assegurar “um cessar-fogo imediato” e a criação de corredores humanitários.

A fala foi feita no sábado (21) na Cúpula da Paz, que está sendo realizada em Cairo, capital do Egito, com a presença do secretário-geral da ONU, António Guterres, e de diversos países.

“A destruição de infraestrutura civil, incluindo de atendimento à saúde, é inaceitável”, apontou Vieira.

“Acompanhamos com consternação a explosão de bomba ocorrida no hospital Al Ahli-Arab, e lamentamos as centenas de mortes de civis, incluindo pacientes, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da área humanitária”, disse o ministro das Relações Exteriores do Brasil.

No bombardeio contra o hospital Al-Ahli, aproximadamente 500 civis morreram, grande parte crianças e mulheres.

Para Mauro Vieira, que foi à Cúpula representando o presidente Lula, “a comunidade internacional deve exercer os máximos esforços diplomáticos para garantir o rápido estabelecimento de corredores e pausas humanitárias e um cessar-fogo imediato”.

“A crise atual exige uma ação humanitária multilateral urgente para acabar com o sofrimento dos civis apanhados no meio das hostilidades”, continuou.

Mauro Vieira afirmou, em mensagem implícita aos Estados Unidos, que “enquanto sempre haverá quem esteja pronto a colocar gasolina no fogo, o Brasil pede diálogo”.

Os EUA estão enviando armas e estimulando os ataques de Israel contra a Palestina. O país enviou somente um embaixador de baixa influência para a Cúpula da Paz. Israel não enviou ninguém.

O chanceler ainda disse que apesar dos esforços do Brasil, “lamentavelmente o Conselho de Segurança não pôde adotar uma resolução no dia 18 de outubro”. A resolução apresentada pelo Brasil foi vetada pelos Estados Unidos.

“Os muitos votos favoráveis – de 12 dos 15 membros – evidenciam o amplo apoio político em

favor de uma ação rápida por parte do Conselho. Acreditamos que essa visão é compartilhada pela comunidade internacional em geral”, continuou.

“Permitam-me que seja claro: há um amplo chamado político em favor da abertura das pausas humanitárias urgentemente necessárias, do estabelecimento de corredores humanitários e da proteção dos profissionais da área humanitária”, falou em seu discurso.

“A paralisia do Conselho de Segurança vem tendo consequências negativas para a segurança e para as vidas de milhões de pessoas. Isso não é do interesse da comunidade internacional”, acrescentou.

Mauro Vieira ainda comentou que o Brasil tem “cidadãos esperando ser evacuados de Gaza, enquanto olhamos de forma alarmada a deterioração da situação humanitária da região, especialmente a falta de remédios, alimentos e água”.

O resgate dessas pessoas está sendo impedido por Israel, que está bombardeando a passagem de Rafah, que liga Gaza ao Egito.

CARNIFICINA

Em nota antes da cúpula, Vieira declarou que a expectativa com o evento “é que se crie uma consciência de que é chegado o momento de pôr um ponto final a esse derramamento de sangue e a essa guerra que, no fundo, afeta todo mundo”.

“Eu venho ao Cairo hoje por instrução do presidente Lula para representá-lo nesta importante conferência que está sendo promovida pelo governo egípcio para se discutir a questão da guerra no Oriente Médio e, sobretudo, para trazer a mesma mensagem que nós apresentamos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York, que é chegar no momento de se tomar medidas de ajuda humanitária para aliviar o sofrimento do povo de Gaza”, disse o ministro.

Mauro Vieira assinalou que “chegou o momento de se tomar medidas de ajuda humanitária para aliviar o sofrimento do povo de Gaza”. “Não é possível mais que continue com uma carência absoluta de todos os víveres, de todos os bens de primeira necessidade, até de água”, disse. “Precisamos discutir essa questão antes que a situação se transforme num problema humanitário de maior volume ainda”, alertou o ministro.

Moraes afasta arapongas da Abin que espionavam políticos, jornalistas e STF

A Polícia Federal cumpriu mandados na sexta-feira (20) para investigar irregularidades na conduta de servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo a investigação, eles usaram sistemas de GPS para rastrear celulares de políticos, jornalistas e até de integrantes do Judiciário, sem autorização judicial.

A fabricante do software FirstMile, desenvolvido pela empresa israelense Cognyte, que tem um escritório em Florianópolis (SC), também foi alvo de buscas. Segundo as investigações, a rede de telefonia brasileira teria sido invadida diversas vezes, com a utilização do serviço adquirido com recursos públicos. Para tal, era usado o sistema de geolocalização da Abin.

As condutas criminosas teriam ocorrido, segundo a PF, durante a gestão Jair Bolsonaro, quando a agência era presidida pelo atual deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Ao todo, a PF cumpre 25 mandados de busca e apreensão e dois de prisão preventiva nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Goiás e no Distrito Federal. A ação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Em nota após a operação, a Abin informou que instaurou um procedimento para apurar a questão, que todas as solicitações da PF e do STF foram

atendidas integralmente e que colaborou com as investigações desde o início. Ainda segundo a agência, o software espião deixou de ser usado em maio de 2021.

Moraes determinou o afastamento do cargo de diretores atuais da Abin – que foram mantidos nos postos mesmo após a troca de governo. Com um desses diretores, Paulo Maurício, a PF apreendeu US\$ 150 mil. Rodrigo Colli e Eduardo Arthur Zycky foram presos por terem conhecimento do esquema e coagiram colegas para evitar uma possível demissão.

Segundo os investigadores, apesar do encerramento do contrato em 2021, há indícios de que o uso do sistema se intensificou nos últimos anos do governo Bolsonaro para monitorar ilegalmente servidores públicos, políticos, policiais, advogados, jornalistas e até mesmo juízes e integrantes do STF.

Cerca de 20 pessoas foram intimadas a prestar esclarecimentos. Os depoimentos simultâneos serão tomados ainda na manhã desta sexta, na sede da PF.

As investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF) apontam que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi usada para espionar jornalistas de diversos veículos de imprensa, políticos opositores ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive juízes da Corte.

Vetos de Lula impedem o marco temporal e ameaças a indígenas

Lula vetou artigos do projeto em consonância com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em defesa da demarcação das terras indígenas

Nesta sexta-feira (20), o presidente Lula (PT) vetou parcialmente o Projeto de Lei (PL) 2903 que estabelecia o marco temporal das terras indígenas aprovado no Congresso no mês de setembro. Os vetos do presidente acompanharam o entendimento de inconstitucionalidade do marco temporal de acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal.

Outras ameaças como cultivo de espécies transgênicas em Terras Indígenas (TIs), a construção de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias, sem consulta e a flexibilização das políticas de proteção aos povos indígenas isolados também foram retiradas do projeto. Os vetos agora serão analisados pelo Congresso Nacional, em uma sessão conjunta entre Deputados e Senadores, com data a ser definida. Lula tirou todas as menções à temporalidade e também o artigo que deliberava sobre indenização, que era defendido pelo Legislativo. Segundo o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) foram mantidos na lei os pontos “que têm coerência com a Constituição”.

“Tudo que significava ataque aos povos indígenas foi vetado pelo presidente da República. Tudo aquilo que confrontava a Constituição foi vetado pelo presidente”, afirmou Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais. A decisão de Lula está em consonância com a decisão tomada no final de setembro pela Suprema Corte. De acordo com o STF, a União deverá indenizar apenas ocupantes de boa-fé que perderem a terra devido a uma demarcação no final de outubro. No mesmo dia, o Senado rebateu e não só aprovou o marco temporal como instituiu o pagamento.

“O presidente Lula atendeu aquilo que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em respeito ao que foi decidido pelo Judiciário. [...] E aquilo que ele pode preservar de contribuição do Congresso Federal para a demarcação ele preservou”, afirmou o advogado geral da União, Jorge Messias, AGU.

Lula já havia criticado diversas vezes o marco temporal, especialmente, durante a campanha no ano passado, mas com o lobby de setor do agronegócio e forte pressão do Congresso, o projeto foi aprovado. A publicação no DOU (Diário Oficial da União) e deve sair ainda hoje, segundo o governo.

Após reunião com ministros, Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e o AGU (Advogado-Geral da União) Jorge Messias, no Alvorada, Lula sancionou o veto. Ele consultou todas as pastas sobre o tema durante a semana e prevaleceu o entendimento do governo de que sancionar o projeto em partes diminui as chances de o Congresso derrubar o veto. Porém essa possibilidade ainda existe.

“O Ministério dos Povos Indígenas inicialmente recomendou o veto total. Posteriormente, fizemos uma análise criteriosa e conseguimos, ali, olhar os artigos que já estão garantidos na Constituição Federal, portanto poderíamos ficar ali”, considerou Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas.

Apoiado pela bancada rura-

lista, a tese do marco temporal passou no Senado em tramitação acelerada. Após aprovar o texto pela manhã na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a Casa aprovou regime de urgência para que a proposta fosse a plenário no mesmo dia. Momentos depois, os senadores aprovaram o PL.

Para evitar que o projeto tivesse que voltar à Câmara, os senadores aprovaram o texto sem nenhuma alteração. Os parlamentares rejeitaram dois pedidos de destaque, propostos por governistas, que amenizavam o impacto da proposta para os indígenas.

Lula vetou no Artigo 4º da Seção 2, o texto que trata “das terras indígenas tradicionalmente ocupadas”.

“A ausência da comunidade indígena em 5 de outubro de 1988 na área pretendida descaracteriza o seu enquadramento no inciso I do caput deste artigo, salvo o caso de renitente esbulho devidamente comprovado”, dizia o Inciso 2º do Artigo 4º da Seção 2.

Desse artigo, que tratava basicamente do marco temporal, só ficaram três parágrafos, que instituíam dispositivos que já estão previstos na Constituição, como manter o procedimento demarcatório “público e seus atos decisórios serão amplamente divulgados”.

ARTIGOS MANTIDOS

Lula manteve um o artigo 17, que aplica ao conjunto das terras indígenas “o mesmo regime jurídico de uso e gozo adotado para terras indígenas tradicionalmente ocupadas”.

O Artigo 26, que tratava das atividades econômicas em terras indígenas, foi mantido para que a siga permitida “desde que pela própria comunidade indígena, admitidas a cooperação e a contratação de terceiros não indígenas”. Mas, Lula vetou a permissão da “celebração de contratos que visem à cooperação entre indígenas e não indígenas para a realização de atividades econômicas”.

O marco temporal prevê que indígenas só possam reivindicar áreas que ocupavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Porém, segundo a dados da Funai, esse entendimento pode inviabilizar o registro de até 287 territórios que estão em processo de regularização.

A lei aprovada no Congresso é ainda mais agressiva. Ela também pode anular demarcações de terras indígenas já consolidadas, proíbe a ampliação das já demarcadas e prevê indenização a produtores rurais desapropriados.

LULA AGORA É PELA MANUTENÇÃO DOS VETOS

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) celebrou os vetos estabelecidos pelo presidente Lula. A entidade reafirmou que “a cobrança do movimento indígena era para Lula vetar totalmente o PL” e agora alerta “sobre a necessidade dos vetos parciais serem mantidos pelos parlamentares”.

“É necessário seguirmos mobilizados, pois a luta ainda não acabou. A ala ruralista do Congresso Nacional ainda pode derrubar todos esses vetos e aprovar essa lei que legitima crimes contra os povos indígenas”, destaca a entidade em nota.

volta das 7h15, atirou na nuca da estudante. Um vídeo feito por câmeras de segurança da escola e que vazou no Twitter mostra uma pessoa encapuzada atirando na cabeça de uma menina pelas costas e à queima-roupa. A aluna de 15 anos não sobreviveu.

Em nota, o presidente Lula lamentou o ataque e criticou o acesso de jovens à armas de fogo. Segundo a Polícia Civil de São Paulo, a arma utilizada no ataque pertencia ao pai do atirador e está legalizada.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB) comentou postagem em que o governador Tarcísio de Freitas lamentou o episódio e pediu que ele “reavalie” o veto à contratação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas que foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

“Precisamos transformar a nota de solidariedade e consternação em ação”, afirmou o deputado. “O senhor vetou uma lei importantíssima que garantia psicólogo e assistente social nas escolas. Reavalie”, continuou.



Presidente Lula junto a ministros com os artigos vetados do projeto de lei

PEC dos Cortes de Tarcísio é “pá de cal na educação básica”, criticam especialistas

Especialistas da educação brasileira criticam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que reduz o percentual mínimo de dinheiro que deve ser aplicado em Educação no Estado de São Paulo.

A proposta é vista com preocupação por defensores da área, que temem um agravamento dos problemas da rede paulista de ensino.

“Eu diria que é a pá de cal na educação básica”, afirmou José Marcelino de Rezende Pinto, vice-presidente da Fineduca, a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, ao portal Metrópoles.

Atualmente, a Constituição Estadual determina que pelo menos 30% da receita com impostos seja destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público. O montante, cerca de R\$ 54 bilhões, financia toda a rede estadual (ensinos Fundamental e Médio), as escolas técnicas (Etecs), as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e até mesmo as três universidades estaduais, sendo a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de São Paulo “Julio de Mesquita Filho” (Unesp) e Universidade de Campinas (Unicamp).

Esse piso estadual é 5% superior ao percentual mínimo para educação exigido pela Constituição Federal: 25%. A PEC do Manejo



Tarcísio quer retirar R\$ 9,6 bilhões da Educação

enviada por Tarcísio nesta semana à Assembleia Legislativa (Alesp) busca alterar a Constituição paulista para permitir que esses 5% “extras” possam ser remanejados para a saúde, conforme a necessidade identificada pelos governantes.

Apesar de não informar quanto a Educação pode perder, o governo projeta para 2024 uma receita líquida de R\$ 193,23 bilhões, segundo consta no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) enviado à assembleia. A redução de 5% representa tirar R\$ 9,66 bilhões da área.

No caso das universidades estaduais, contudo, a PEC, caso seja aprovada pela Alesp, não vai alterar os repasses feitos pelo governo. USP, Unesp e Unicamp recebem, mensalmente, uma cota fixa de 9,57% ICMS.

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP)

considera que a PEC do corte de Tarcísio representa um dos mais sérios ataques à educação de São Paulo realizado nos últimos anos. O presidente da entidade, Lucca Gidra, em declaração à Hora do Povo, alerta que a educação paulista está em um sério risco.

“Desde a reorganização escolar de 2015 [quando o governo estadual anunciou o fechamento de mais de 3 mil salas de aula no Estado], eu acho que a educação do estado de São Paulo nunca teve tão em risco quanto agora, com esse corte de R\$ 9 bilhões. As escolas já estão sem estrutura, já tem falta de professores constantes, os alunos já carecem de questões básicas, como, por exemplo, a gente tem uma aula num laboratório, e agora, com esse corte, a possibilidade de a gente ter uma educação de qualidade fica quase impossível.

Academia Pernambucana de Ciências concede título de membro à ministra Luciana Santos

Tomou posse na última sexta-feira (20), a nova diretoria da Academia Pernambucana de Ciências (APC). A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, recebeu o título de membro honorário da APC, uma das mais importantes instituições científicas do país.

O físico e professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, Anderson Gomes, assumiu a gestão da entidade pernambucana.

A ministra fez uma avaliação do início de sua gestão no governo e discutiu as perspectivas para a ciência e a tecnologia no país.

“Nosso objetivo é fazer da ciência, da tecnologia e da inovação instrumentos para a retomada da atividade econômica, com geração de emprego e renda, e de transformação social, através de uma economia mais criativa, mais inovadora e mais inclusiva”, disse Luciana durante a cerimônia realizada no Campus da UFPE.

Em seu discurso, Luciana destacou as iniciativas do ministério de sua pasta, dentre elas a correção do valor das bolsas de estudo e pesquisa, que beneficiou 258 mil bolsistas; o lançamento de dois editais de pesquisa no valor de R\$ 590 milhões; o anúncio do primeiro concurso público do MCTI em mais de dez anos, com 814 vagas; a redução dos juros nos financiamentos para inovação nas empresas; a recomposição integral do Fundo Nacional de



Luciana Santos recebe condecoração da APC

Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e os projetos incluídos no Novo PAC, que somam R\$8 bilhões.

“Temos a compreensão do papel do MCTI de conectar a produção do conhecimento com o desenvolvimento de soluções inovadoras em temas como sustentabilidade, uso dos recursos naturais, eficiência produtiva, sempre focando nos setores estratégicos da nossa economia”, completou, ao abordar o papel da ciência no enfrentamento às mudanças climáticas.

O nome da ministra foi sugerido à APC pelo ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sérgio Rezende. Ela agradeceu aos membros da Academia pela homenagem e disse que ser indicada pelo seu antecessor é uma responsabilidade ainda

maior: “É uma honra ter sido escolhida como um membro honorário da Academia Pernambucana de Ciências, entidade que cumpre papel fundamental em defesa da produção e da popularização do conhecimento científico”, ressaltou a ministra, desejando sucesso ao novo presidente da entidade, o físico Anderson Gomes, que tomou posse durante o evento.

Gomes é professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Mundial de Ciências, da Sociedade Brasileira de Física e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Secretário de Educação de Pernambuco.



Privatista Zema quer vender estatais

Zema quer alterar Constituição de Minas Gerais para privatizar Codemig, Cemig e Copasa

Para impulsionar e acelerar o processo de privatização de estatais – uma das marcas da sua destruidora gestão, – o governador Romeu Zema (Novo), enviou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2023, que viabiliza a privatização de empresas públicas sem a exigência de se realizar um referendo popular, conforme prevê a Constituição estadual.

A PEC 24/23, encaminhada à Casa legislativa no dia 11 último, busca a revogação de dispositivos constitucionais que exigem a adoção de consulta popular para proceder à desestatização de empresas controladas pelo Estado como a Cemig (energia), a Copasa (saneamento) e a Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais).

Na terça-feira (17), o governador mineiro anunciou que quer transformar a Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig) em uma corporação, um modelo em que a empresa não tem um acionista controlador definido, e não manter poder de veto ao privatizá-la. Nesse formato, a consulta popular pode ser dispensada, pois o Estado continua sendo o acionista, mas não terá poder de decisão.

Ou seja, trata-se de mais uma das artimanhas de Zema para atropelar a legislação e assim estender os seus tentáculos sobre o patrimônio do Estado, batendo (ou quebrando?) o martelo sobre o bem público.

O governo de Minas detém atualmente 17,04% das ações da Cemig, mas é o acionista controlador porque é dono de 50,97% das ações ordinárias (com direito a voto) e nenhuma ação preferencial (sem direito a voto, mas com preferência no recebimento de dividendos).

Porém, se convertidas todas as ações preferenciais da estatal em ordinárias, o estado deixaria de ter a maioria dos votos e, consequentemente, de controlar a empresa, sem contrapartidas.

Pelo plano, o Estado seguirá o principal acionista da empresa, com 17,04% do capital, mas longe da metade das ações com direito a voto. Passaria a ser, segundo o governo mineiro, o “acionista-referência”.

Nos moldes como está sendo proposta a privatização da Cemig, O BNDES, que também é sócio da companhia, com 11,14% das ações ordinárias e 3,73% do total das ações, também perderia poder na gerência da companhia.

As duas classes de ações que a Cemig tem em negociação na Bolsa atualmente ordinárias, essas com direito a voto, e preferenciais (sem direito a voto), mas com prioridade no recebimento de dividendos, seriam unificadas em um único tipo de ação, como pretende o governo mineiro. As ações preferenciais seriam convertidas em ordinárias, conforme a proposta. Assim, a empresa terá 100% de papéis dessa última classe, com o estado mineiro ficando com os pouco mais de 17% do total das ações que já têm hoje.

Zema alega que a venda das estatais – sem ouvir a população – “vai possibilitar a modernização da administração pública, tornando essas empresas mais competitivas”. A manobra enfrenta resistência na Casa.

“Fazendo um conto do mentiroso para a sociedade, de que a privatização vai trazer benefícios para a sociedade. Sabemos que a privatização não vai melhorar em nada os serviços, vai só aumentar as despesas para a sociedade e os investimentos que forem feitos vão ser cobrados cada vez mais caros do povo mineiro”, disse ao HP o deputado Celinho Sintracel (PCdoB).

A deputada Beatriz Cerqueira (PT) afirmou que a proposta de Zema é antidemocrática, pois a PEC 24/23 exclui os cidadãos de uma decisão que coloca em risco a economia do Estado. Ela afirmou ainda que há uma grande mobilização social para que a proposta seja rejeitada pela Assembleia.

Já o deputado Professor Cleiton (PV), que criticou a ideia de Zema de privatizar a Cemig, usou o exemplo de um hospital filantrópico em Goiás, que chegou a ter sua energia cortada pela empresa que havia sido privatizada. O parlamentar apresentou a alternativa de federalização da Cemig, que foi apoiada pelo próprio líder do Governo na Assembleia.

“O governador teve a audácia de enviar esta proposta e também outra para diminuir o quórum qualificado para aprovação desse acinte, desse crime contra o povo de Minas. A Casa do Povo terá coragem de retirar do povo a prerrogativa desse mesmo povo de escolher o que será feito com seu patrimônio?”, questionou.

Para tentar angariar apoio popular ao seu projeto entreguista, “Zema vem adotando medidas para justificar a venda das empresas, denuncia Celinho”. “Eles [governo] vêm precarizando todas as nossas estatais como a Cemig, a Copasa, assim como todos os serviços que essas duas empresas prestam para justamente tentar ganhar o apoio da população”.

“Nosso mandato é totalmente contra essa proposta de privatização, não só da Cemig, como da Copasa, como também da Codemig, da Codemig e de todas as nossas estatais. Nós estamos sempre empenhados para poder defender a soberania do nosso estado e essas empresas representam uma soberania do nosso país, do nosso estado”, prosseguiu.

Após aumentar o próprio salário em 300%, Zema quer congelar reajuste de servidor por dez anos

Após sancionar lei que garante aumento de 300% do próprio salário, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), quer impor um programa de recuperação fiscal que deve congelar o salário do funcionalismo público por dez anos. No pacote, Zema inclui também a privatização de estatais mineiras, como a Cemig (criada há 71 anos pelo então governador JK), Copasa e a estatal do nióbio Codeminas.

O pacote será debatido quando for à votação o Projeto de Lei 1.202/2019, que trata da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O governo pretende aprovar o projeto na Assembleia Legislativa até 20 de dezembro, quando vence a suspensão do pagamento da dívida com a União.

As entidades associativas, defensoras das carreiras de Estado e de seus direitos, estão apreensivas com o pacote que definem como um projeto antisservidor e anti-Estado. Para o Sindicato dos Servidores do Judiciário de Minas Gerais (SinJus-MG), “como era previsto em caso de reeleição de Romeu Zema, o risco do congelamento de salários e carreiras, de suspensão de concursos, de extinção de direitos como adicionais de desempenho (ADE), quinquênios, trintenários e férias-prêmio volta a rondar os servidores mineiros. Por isso, todos precisamos nos mobilizar e pressionar os deputados estaduais cobrando posicionamentos e ações contra o RRF em Minas.”

Contrário às privatizações, o deputado estadual Professor Cleiton (PV) propõe a federalização das empresas, de modo a continuarem sob domínio do interesse público. As bases da Recuperação Fiscal proposta por Zema foram entregues pelo governo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em maio, autarquia ligada ao Ministério da Fazenda.

Em nota, o governo de Minas argumentou que não haverá congelamento, afirmando, no entanto, que os servidores terão direito a dois reajustes em dez anos, período de vigência RRF. Segundo a nota, se alcançadas as condições econômico-financeiras, “outras recomposições poderão ocorrer. Para tanto, bastará que a nova previsão esteja contemplada nas atualizações periódicas do RRF”.

Apesar do esforço de retórica empregado na nota do governo mineiro, se cumprida a promessa de dois reajustes durante os dez anos de programa de recuperação fiscal, os servidores devem ficar com salários congelados por pelo menos 5 anos, sem qualquer previsão do valor dos prometidos reajustes.

O congelamento do reajuste salarial já foi aplicado no Rio de Janeiro, que aderiu por duas vezes ao regime de recuperação fiscal sem sucesso. Um dos precursores dessas medidas é o ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Gustavo Barbosa, hoje secretário da Fazenda de Minas, onde quer replicar a mesma cartilha.

Apesar de alegar falta de recursos no estado, Zema apresentou em março um projeto de lei que perdoa a dívida tributária de locadoras de veículos, além de alterar a legislação vigente para que novas cobranças não sejam realizadas. A medida tem como um dos principais beneficiários o grupo Localiza. Juntos, Salim Mattar, Eugênio Mattar, Antônio Cláudio Brandão e Flávio Brandão, fundadores e atualmente os maiores acionistas individuais da empresa, foram os maiores doadores da campanha de Zema.

Segundo o Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais (Sinfazfisco-MG), se a proposta for aprovada, nos próximos três anos, o estado renunciará a R\$ 4,7 bilhões em receitas de IPVA por meio dos benefícios fiscais concedidos às locadoras de veículos.

O projeto que aumentou o salário do governador, aprovado esse ano, elevou o salário do governador, que teve um reajuste de 298%, passando de R\$ 10.500 para R\$ 37.589,96, retroativo a abril, e chegará a R\$ 41.845,49 em fevereiro de 2025.

Metalúrgicos de GM aprovam greve contra demissões em S. J. dos Campos

Os metalúrgicos da General Motors (GM) de São José dos Campos, Mogi das Cruzes e São Caetano do Sul decidiram entrar em greve por tempo indeterminado a partir desta segunda-feira, 23.

A categoria exige o cancelamento de todas as demissões anunciadas neste sábado, 21. O anúncio da montadora foi feito por telegrama. Os trabalhadores ainda exigem estabilidade no emprego e manutenção dos postos de trabalho.

De acordo com o sindicato da categoria, em São José dos Campos, a GM tem um acordo de layoff firmado em junho deste ano com os trabalhadores, que prevê estabilidade no emprego para todos da fábrica, até maio de 2024. “O acordo, portanto, foi quebrado e as demissões foram feitas sem qualquer negociação prévia com o sindicato, contrariando a legislação que exige

essa medida em caso de cortes em massa”, diz o sindicato.

Até o momento, a GM não informou quantos trabalhadores foram demitidos, “mas há confirmações de que entre eles estão mulheres grávidas e pessoas com problemas de saúde”.

“Está declarada a guerra pelo cancelamento das demissões. O que a GM fez foi uma covardia e absoluto desrespeito aos trabalhadores e ao acordo assinado. Não vamos tolerar nenhuma demissão sequer. Vamos exigir dos governos federal e estadual medidas imediatas pelo cancelamento das demissões”, afirmou o vice-presidente do sindicato, Valmir Mariano.

Ontem, a GM demitiu os funcionários das unidades de São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes. O motivo, segundo a empresa, seria a queda nas vendas.

‘Tarcísio cria farsa sobre redução de tarifa para tentar privatizar Sabesp’



“Tarcísio prometeu para o mercado e quer entregar de qualquer forma”



Ministra critica reforma administrativa e diz que “estabilidade é proteção ao Estado brasileiro”

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que a proposta de reforma administrativa (PEC 32) que tramita no Congresso Nacional tem “o foco muito grande na punição dos servidores públicos” e que o governo já está propondo uma série de ações em contrapartida à PEC.

Conforme Dweck, o intuito é fortalecer o serviço público, ao contrário da “destruição do Estado que vinha ocorrendo no governo anterior”. Esther Dweck foi entrevistada no programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), na manhã de quarta-feira (18).

“A proposta que está no Congresso Nacional não enfrenta os problemas necessários para melhorar o estado brasileiro. Ela sugere uma perda da estabilidade, tinha o foco muito grande na punição dos servidores públicos, na visão de que os servidores eram um problema. Nossa visão é muito diferente do que está ali. Os servidores são parte essencial do estado brasileiro. São

eles que fazem as políticas públicas funcionarem”, disse.

“Para a gente, a estabilidade não é uma proteção ao servidor, mas ao Estado brasileiro. A lógica da estabilidade foi pensada desde o início, depois da ditadura militar, para evitar qualquer tipo de perseguição a servidores que denunciem irregularidades no serviço público”, declarou.

“Na pandemia, acompanhamos o exemplo de um servidor que estava denunciando algo que estava sendo feito no Ministério da Saúde, a gente viu outros casos também, como o recente, das joias. Eles denunciaram na segurança de que não seriam punidos por uma perseguição política”, esclareceu.

De acordo com a ministra, “é muito importante ter um corpo técnico forte, uma burocracia, um grupo de pessoas que conheçam o assunto e tenham capacidade de tocar as políticas independentemente de quem esteja no governo”, e o objetivo é “entregar cada vez melhores serviços aos brasileiros, fazer as políticas

públicas funcionarem”.

Esther Dweck destacou ainda a tramitação em curso do projeto dos supersalários, que impede o recebimento de salários acima do teto constitucional, e outros programas em andamento. “Nesse momento, muitas medidas infralégais estão em curso, uma delas é a do Concurso Nacional Unificado, que é uma forma de democratizar a entrada de servidores no serviço público, a lei de cotas e outras proposições que implicam mudanças e que não necessariamente precisam de um projeto de lei”, disse.

Na segunda-feira (16), o governo do presidente Lula criou a Câmara Técnica de Transformação do Estado, da qual a ministra faz parte. O grupo é formado por 17 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado Conselho, e 10 convidados, e tem como objetivo discutir com a sociedade civil medidas relacionadas a mudanças na estrutura do Estado.

“Essa história de que [a privatização] reduziria a tarifa é uma balela. Tanto que o estudo que o IFC fez não conclui isso”, afirma deputado.

Contrariando um movimento em todo o mundo de retomada dos serviços de saneamento para o controle estatal, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, enviou projeto de privatização da Sabesp para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), nesta terça-feira (17), em caráter de urgência.

Apresentado sob o argumento de que a privatização reduziria a tarifa e aceleraria a universalização do serviço, o projeto de Tarcísio vem sendo criticado por especialistas e parlamentares, que denunciam que o objeto do governador é apenas o de atender aos interesses do mercado, entregando uma empresa eficiente e lucrativa à administração privada.

De acordo com o deputado estadual Emídio de Souza (PT), que coordena a Frente Parlamentar Contra a Privatização da Sabesp na Alesp, o argumento de que a privatização vai reduzir a tarifa é falsa. “Essa história de que [a privatização] reduziria a tarifa é uma balela do Tarcísio. Tanto que o estudo que o IFC [Instituto contratado pelo governo] fez não conclui isso. Fala que o único jeito de baixar a tarifa da Sabesp é utilizar os recursos da própria privatização. Ou seja, pela equação econômica desenhada para o futuro da Sabesp, não se sustenta a ideia de reduzir tarifa. Usar dinheiro da privatização [para esse objetivo] é subsidiar, é o governo fazer um subsídio à tarifa que não faz hoje com ela sendo pública”, afirmou, em entrevista à Folha de S. Paulo.

“O problema é: o Tarcísio prometeu isso para o mercado, quer entregar, mesmo sem ter justificativa. Ele quer entregar de qualquer forma”, completou Emídio.

O deputado afirma que não há razão plausível para a privatização. “A Sabesp é uma empresa extremamente lucrativa, tecnicamente super bem-situada. Seu serviço de água e esgoto está entre os melhores do país, incluindo serviços já privatizados. O preço que se cobra aqui, é impressionante a diferença comparando com lugares onde é privatizado”, disse.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema), José Faggian, é necessário que os parlamentares da Alesp fiquem atentos com essa obsessão do governador de entregar a Sabesp para o setor privado se apropriar de seu lucro. “O saneamento tem uma relação direta com a saúde da população. Como toda empresa privatizada, vai ter como objetivo principal o lucro e vai colocar em risco a saúde do povo de São Paulo.”

“A Sabesp é uma empresa extremamente eficiente e que presta um serviço de saneamento de excelência e, nos municípios onde opera, já possui quase a totalidade dos

serviços universalizados. Além disso, a Sabesp é uma empresa bem avaliada pela população de São Paulo e que já deixou claro, em pesquisa divulgada recentemente pelo DataFolha, que é contrária à privatização”, completou Faggian.

De acordo com o estudo O Futuro é Público, publicado em 2017, do início dos anos 2000 para cá, foram registrados 267 casos de “remunicipalização”, ou reestatização, de sistemas de água e esgoto no mundo.

O estudo demonstrou que o movimento dos países ao redor do mundo é o de reestatizar os serviços de saneamento e não de privatizá-los. As experiências de cidades que recorreram a privatizações de seus sistemas de água e saneamento nas últimas décadas decidiram voltar atrás e reestatizar o serviço. A lista inclui cidades como Berlim, Paris, Budapeste, Bamako (Mali), Buenos Aires, Maputo (Moçambique) e La Paz.

De acordo com a primeira edição, entre 2000 e 2015, foram identificados 235 casos de remunicipalização de sistemas de água em 37 países e 267 cidades que reestatizaram os serviços. Ainda segundo o estudo, cerca de 90% dos sistemas de água mundiais são de gestão pública.

Desde o início das discussões sobre uma possível privatização da empresa, entidades, parlamentares e especialistas têm alertado que as experiências de privatização, no Brasil e no mundo, têm como característica o aumento das tarifas e a queda da qualidade dos serviços. Isto porque o objetivo de uma empresa gerida pelo setor privado tem como princípio a garantia de lucro, enquanto o setor público tem como característica atender a população.

O estudo mencionado aponta para incompatibilidades entre o papel social de uma companhia de água e saneamento com as necessidades de um grupo privado. “Os serviços providos são direitos humanos fundamentais, atrelados à saúde pública e que, pelas especificidades do setor, precisam operar como monopólio. Com a concessão para grupos privados, a lógica de operação da companhia muda completamente. Os ativos não pertencem mais ao público. Ela passa a ter que gerar lucros e dividendos que sejam distribuídos para acionistas [...] O risco é enorme. Sistemas de água não pertencem ao governo, e sim ao povo. Se esse direito se perde, torna-se mais difícil implementar políticas públicas”, disse Satoko Kishimoto, uma das autoras da pesquisa, à CNN.

O deputado estadual Guilherme Cortez (Psol) também se manifestou, afirmando que “Tarcísio quer aprovar no tapetão, mas vamos até o fim para impedir que nossa água seja privatizada, que a tarifa aumente e o saneamento básico seja ameaçado”.

Policiais federais cobram proposta de reestruturação salarial e convocam ato

Os policiais federais vão promover uma série de mobilizações contra a “morosidade” do governo na definição da proposta de reestruturação salarial da categoria. A primeira delas acontece no próximo dia 26, com protestos em frente às unidades da PF em todo o país e prosseguirão até o dia 16 de novembro, quando farão uma grande mobilização em frente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em Brasília (DF), e nas unidades da PF, além de paralisação das atividades.

Em nota, as entidades representativas dos servidores da polícia federal, entre policiais e servidores administrativos da ativa, aposentados e pensionistas, argumentam que as negociações de reestruturação já estão em andamento há meses no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), conforme ofício encaminhado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em junho, e que “mesmo com toda essa tramitação, o governo federal reinde em postergar uma resposta efetiva à questão”. “Ante o impasse estabelecido, as entidades foram impelidas a agir”, diz a nota conjunta.

O documento ressalta que os policiais federais, nos últimos anos, foram afetados

de maneira desproporcional “por reformas, descaso e desvalorização”. De acordo com as entidades, “o governo Federal tem dito que a segurança pública é prioridade, entretanto na prática temos carência de equipamentos de proteção, de efetivo para integrar as FICCO, forças integradas fundamentais no combate à violência. Além disso, servidores que colocam a sua integridade física em risco diariamente precisam estar motivados e valorizados”.

“É indispensável que a dedicação e comprometimento profissional desses servidores sejam reconhecidos com uma reestruturação salarial condizente aos seus esforços e atribuições. As entidades de classe da Polícia Federal se manterão unidas e prontas a defender a valorização dos servidores da Polícia Federal”, finaliza a nota.

A nota é assinada pela Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Associação Nacional de Peritos Criminais Federais (APCF), Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (FENADEPOL) e pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECPPF).





Bombardeio israelense já matou 19 jornalistas palestinos em Gaza

Roshdi Sarraj está agora entre os jornalistas mortos desde 7 de Outubro, quando tentava proteger a sua mulher e filha de um ataque aéreo israelense próximo à sua casa. O ataque aéreo sobre o bairro Tel Al-Hawa, no domingo (22), na cidade de Gaza, lhe foi fatal.

Segundo a agência de notícias palestina WAFA, o bombardeio de Tel al-Hawa foi um dos muitos ataques realizados em várias áreas da Faixa de Gaza, matando pelo menos 32 palestinos.

O apartamento de Roshdi foi danificado na primeira semana da guerra e, juntamente com a sua esposa Shorouq e a filha Dania, de um ano, mudou-se para a casa da família no bairro de Tel al-Hawa.

“Os israelenses bombardeavam a nossa área sem trégua”, disse Yahya al-Sarraj, pai de Roshdi e prefeito municipal da Cidade de Gaza. “Roshdi tentou proteger sua esposa e filha quando o ataque aéreo israelense ocorreu”.

SARRAJ MORREU SOB BOMBARDEIO

A casa da família foi gravemente danificada, mas os 10 familiares que ali residiam sobreviveram, exceto Roshdi, que foi atingido por estilhaços do ataque israelense.

Ele foi transportado para o hospital e declarado “mártir” antes de seu enterro.

O pai, Al-Sarraj, elogiou a coragem e bravura de seu filho. “Roshdi considerou que o trabalho da sua vida era transmitir a realidade do que está acontecendo em Gaza, que ele amava intensamente apesar das políticas sufocantes da ocupação israelense no território.

“Ele iria ao Catar para uma viagem de trabalho depois de realizar peregrinação a Meca”, disse al-Sarraj. “Mas quando a agressão israelense começou, ele cancelou imediatamente e voltou para Gaza”.

Roshdi recusou-se a deixar a Cidade de Gaza e ir para o sul, acrescentou o seu pai, inflexível em “permanecer onde estava, dizendo que não seria deslocado e escrevendo nas suas contas nas redes sociais que a única forma de deixar Gaza seria ir para o céu”.

“Ele se importava com a verdade”, continuou al-Sarraj. “Desde o início da guerra, ele estava envolvido em retirar pessoas dos escombros com as próprias mãos, incluindo duas meninas com deficiência física”.

Roshdi começou sua carreira como jornalista por volta de 2012, disse seu amigo e colega jornalista Hosam Salem à Al Jazeera. Originalmente um repórter fotográfico, ele co-fundou a Ain Media, uma empresa privada de mídia na Palestina, naquele ano juntamente com Yaser Murtaja.

Murtaja foi morto a tiros por um atirador israelense há cinco anos, enquanto cobria os protestos da Grande Marcha do Retorno de 2018 na Faixa de Gaza, vestindo todo o seu equipamento de imprensa.

Roshdi trabalhou anteriormente como fotógrafo para a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina (UNRWA), foi intermediário em Gaza para várias agências de notícias internacionais, incluindo a Rádio França, e produziu um curta-metragem com a Anistia Internacional.

HOMENAGENS

A morte de Roshdi perturbou a comunidade local e internacional, gerando uma série de homenagens de luto nas redes sociais que o elogiaram como amigo e como profissional.

Ain Media divulgou um comunicado, chamando-o de “brilhante fotógrafo e cineasta”.

“Gaza é vida”, disse a Ain Media em um post no X. “Roshdi e Yaser são vida: eles deram voz ao povo de Gaza, aos seus sorrisos, às histórias trancadas no medo, às esperanças acalentadas secretamente sob a opressão da ocupação israelense”.

O conhecido fotógrafo internacional Wisam Nassar lamentou seu amigo no Instagram: “Meu grande amigo, Roshdi Sarraj, foi morto no bombardeio israelense em sua casa. Ele era um fotógrafo e diretor talentoso que contava de forma criativa as histórias dos habitantes de Gaza sob guerra e cerco. Que você descanse em paz”.

Seu colega Hosam Salem também prestou homenagem ao seu amigo com um emocionante carrossel de imagens no Instagram, escrevendo: “Meu melhor amigo acabou de ser morto em um ataque aéreo israelense em Gaza. Que Deus tenha misericórdia”.

A Radio France Internationale (RFI), a rede estatal de notícias de rádio internacional da França, publicou uma declaração prestando homenagem ao “importante papel” de Roshdi na rede, com vários correspondentes do canal também elogiando sua amizade e legado.

“Aqueles que conheceram Roshdi Sarraj e trabalharam com ele saudam um jornalista notável”, dizia o comunicado.

A secretária-geral da Anistia Internacional, Agnes Callamard, também prestou homenagem a Roshdi e ao seu trabalho para a Anistia em um post no X, dizendo que ele “foi assassinado hoje em um ataque aéreo israelense”.

O Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) informou que até 22 de outubro, 23 jornalistas foram mortos, incluindo 19 palestinos, três israelenses e um libanês. Cerca de oito ficaram feridos e três estão desaparecidos.

Em 7 de outubro, primeiro dia da guerra, Ibrahim Mohammad Lafi, fotógrafo da Ain Media, de Roshdi, foi baleado e morto pela ocupação na passagem da Faixa de Gaza para Israel, conhecida como Beit Hanoon para os palestinos e como Passagem de Erez para os israelenses. Ele foi um dos três jornalistas palestinos visados já naquele primeiro dia.

Dois fotógrafos palestinos também foram dados como desaparecidos em 7 de outubro: Nidal Al-Wahidi, que trabalhava para o canal Al-Najah, e Haitham Abdelwahid, que também trabalhava para a Ain Media de Roshdi.

Leia a matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Massa vence 1º turno na Argentina e enfrentará o fascista Milei no segundo



Sergio Massa vence com 36,8% dos votos contra 30% de Javier Milei

Judeus ocupam o Capitólio para exigir que o Congresso dos EUA apoie “cessar-fogo já”

Entoando “Cessar-fogo já” e carregando faixas no mesmo sentido, centenas de judeus norte-americanos ocupam um salão do Capitólio (Congresso dos EUA) na tarde desta quarta-feira (18) para exigir que os políticos dos EUA se coloquem pelo cessar-fogo.

Os judeus norte-americanos já realizaram um grande ato em Nova Iorque, seguido de uma ocupação na entrada da Casa Branca, em Washington, condenando os crimes de guerra perpetrados por Israel contra os palestinos e exigindo o cessar-fogo e a abertura da passagem de Rafah, fronteira com o Egito, para a entrada de víveres, combustível e água.

Rafael Shimunov, um dos diretores da organização judaica IfNotNow (nome retirado de



“Judeus pedem cessar-fogo” diz uma das faixas

um texto talmúdico, que declara: “Se não agora, quando?”), postou, como se pode ver abaixo, cenas da ocupação de hoje e afirma no post: “Não à cumplicidade dos políticos dos EUA com os crimes de Israel”.

Segundo Shimunov, “convocados pela organização ‘Voz Judaica pela Paz’, centenas de judeus

norte-americanos ocupam o Congresso. Nós não vamos sair até que o Congresso conclame por um cessar-fogo em Gaza. Enquanto milhares estão se manifestando do lado de fora, mais de 350 estão aqui dentro, incluindo 20 rabinos que entoam orações e se unem a esta resistência judaica”.

Parlamento de Israel suspende o mandato do deputado que se opôs ao “massacre em Gaza”

O deputado Ofer Cassif condenou sua suspensão por 45 dias como mais um passo na “supressão da liberdade de expressão pelo governo de Israel”.

O Knesset (parlamento de Israel) aplicou uma suspensão do mandato do deputado Ofer Cassif como “retaliação por expressar sua oposição ao massacre perpetrado por Israel em Gaza”.

“É mais um prego no caixão da supressão da liberdade de expressão em Israel”, condenou o deputado que integra a bancada da coalizão Hadash-Ta’al (que inclui comunistas israelenses em aliança com o partido Ta’al de maioria árabe entre seus integrantes).

Antes de sua eleição, Cassif foi professor de Ciência Política na Universidade de Tel Aviv

Não é a primeira vez que ele sofre agressão por se opor à política racista, segregacionista e de assalto a terras palestinas. Foi espancado por policiais israelenses em 9 de Abril de 2021, quando participava de um protesto contra despejos e demolição de prédios no lado árabe de Jerusalém.

“Estamos profundamente atingidos pelo contínuo derramamento de sangue e pelo estreitamento do espaço democrático por um governo que está efetivamente cometendo um massacre e ambição a guerra e violência”, acrescentou o deputado, ao repudiar sua suspensão através das redes sociais.

O Comitê de Ética do Knesset alegou – para efetivar a suspensão de Cassif – que ele teria dito que Bezalel Smotrich, colono



“Só fim da ocupação atende ao interesse dos dois povos”

em terras assaltadas aos palestinos na Cisjordânia, ministro do atual governo, estava buscando uma “solução final” para os palestinos (uma referência ao termo usado pelos nazistas para o extermínio de judeus).

“São declarações políticas legais, legítimas e morais”, defendeu o deputado. “O governo da atrocidade está conduzindo ao desastre o povo de Israel contra o povo palestino”, enquanto põe em prática uma cruzada “contra qualquer pessoa que levante uma voz crítica e de oposição”.

O partido que Ossif representa, o Partido Comunista Israelense defende, desde 1967, a “urgência de lutar para acabar a ocupação e reconhecer os legítimos direitos do povo palestino e as suas justas reivindicações”.

“Acabar com a ocupação e instaurar uma paz justa está no claro interesse de ambos os povos”, proclama o PCI.

Ao mesmo tempo em que suspendeu Cassif, o Knesset aprovou a censura a agências de comunicação social que não se alinham

O peronista Sergio Massa, da coalizão União pela Pátria, saiu na frente, neste domingo, com seis pontos percentuais a mais que o fascista Milei

O peronista Sergio Massa, da coalizão União pela Pátria, venceu as eleições deste domingo, com quase sete pontos percentuais – 1,5 milhão de votos – na frente do fascista Javier Milei, do partido A Liberdade Avança, garantindo o segundo turno no dia 19 de novembro.

Massa obteve 36,8%, contra 30% de Milei, enquanto a macrista Patricia Bullrich, do Juntos pela Mudança, ficou nos 23,83%. Dois candidatos nancos, Juan Schiaretti e Myriam Bregman, tiveram, respectivamente, 6,7% e 2,8%.

Pela norma eleitoral argentina, se algum candidato tivesse 40% dos votos válidos e 10% de diferença sobre o segundo colocado, a eleição estaria decidida no primeiro turno.

Agora, o país ganha um tempo precioso para discutir a proposta de reconstrução peronista versus a loucura de Milei, adepto da venda de órgãos humanos, do fim do ensino e saúde públicas, do corte dos gastos públicos, da privatização e, ainda, da redução da Argentina ao mesmo status do Zimbábue, Equador e El Salvador, países que adotaram a dolarização que ele prega.

Nas primárias PASO, que consagrou a ascensão do fascista Milei, ele ficou em primeiro lugar, posição que não conseguiu sustentar. Na província de Buenos Aires, o peronista Axel Kirilloff foi reeleito com 45% dos votos, o que contribuiu para a subida de Massa na reta final.

Massa, ao mesmo tempo que é o candidato peronista, vem exercendo o cargo de ministro da Economia, buscando tirar a Argentina do buraco em que foi enfiada pelo governo anterior ao de Alberto Fernandez, o de Mauricio Macri, que gerou essa devastação ao endividar o país ao FMI e ao se submeter aos fundos

300.000 tomam as ruas de Londres em repúdio à limpeza étnica de Israel

“Palestina Livre” e “Parem os bombardeios”, bradaram os manifestantes, que exigiram um cessar-fogo imediato já, a entrada de ajuda humanitária e o fim do regime de apartheid e ocupação.

Com bandeiras palestinas e cartazes, 300 mil pessoas foram às ruas em Londres no sábado (21) para expressar sua repulsa aos crimes de guerra cometidos pelas tropas israelenses em Gaza, entre eles, o massacre do hospital Al Alhi e a ordem de deslocamento de 1,1 milhão de civis, e para exigir um cessar-fogo imediato, o fim da ocupação da terra palestina e do regime de apartheid. Os bombardeios de Israel já causaram 4 mil civis mortos – dos quais, 1500 crianças – e 13 mil feridos.

A manifestação – a maior dos últimos 20 anos – foi convocada pelas entidades Campanha de Solidariedade à Palestina, Amigos de Al-Aqsa, Coligação Pare a Guerra, Associação Muçulmana da Grã-Bretanha, Fórum Palestino na Grã-Bretanha e Campanha pelo Desarmamento Nuclear, para deter a barbárie em curso, com 2,2 milhões de palestinos sob cerco, sem comida, água, eletricidade ou combustível, e bombardeios incessantes.

Bradando “Palestina livre”, o protesto começou em Marble Arch, perto do Hyde Park, percorrendo partes centrais da cidade, o Piccadilly Circus, antes de

abutres norte-americanos. Sua consequência foi empurrar o país para a desvalorização cambial, inflação e pobreza.

Foi nesse quadro que o fascista Milei ascendeu meteoricamente, tentando empurrar a Argentina ainda mais para o abismo com suas propostas ultraliberais e entreguistas. Inclusive ele propõe acabar com o BC argentino – afinal, para emitir o dólar, já existe o Federal Reserve norte-americano.

Na reta final da campanha, Milei tentou manter seu impulso nas pesquisas apelando a uma corrida contra a moeda argentina, o peso. Aliás, a Argentina já viveu essa novela da dolarização, que acabou com o presidente de então, de La Rúas, tendo que fugir da Casa Rosada de helicóptero.

Milei também reuniu, em torno dele, múmias do menemismo das “relações carnavais” com Washington e viúvas da ditadura Videla, inclusive, como vice de chapa, colocando uma das mais desvairadas.

Ele quer atrelar a Argentina ao Titanic de Biden, detesta o Mercosul e a China – que são os dois principais mercados do país.

Além de fascista e entreguista – o que é uma característica dos galinhas verdes dos países dependentes – Milei tem fama de doido, aliás, desde o tempo em que era goleiro, tinha o apelido de ‘El Loco’. “Fala” com um cachorro que já morreu – que inclusive clonou -, não esconde que nunca teve uma relação íntima com pessoa alguma, odeia os pais e só confia na irmã. Um caso para psiquiatra nenhum botar defeito.

Também detesta o Papa Francisco, que acusa de “comunista”. Em tempo: o deputado Eduardo Bolsonaro foi a Buenos Aires dar seu apoio ao fascista hermano.

concentrar em Downing Street, diante da sede do governo britânico. A marcha também chamou a “acabar com a ocupação da terra palestina por Israel”.

“Estamos todos unidos para transmitir a mesma mensagem: queremos que a violência acabe. Pedimos um cessar-fogo imediato e que os suprimentos humanitários necessários sejam entregues com segurança ao povo de Gaza”, disse Ben Jamal, diretor da Campanha de Solidariedade à Palestin.

A violência não terminará “até que se resolva a causa raiz, a ocupação militar de Israel”, que dura há décadas, ele enfatizou.

“Um genocídio está sendo realizado em meu nome... e estou aqui para dizer absolutamente não”, afirmou na manifestação Esther Jones, uma judia americana que reside em Londres.

Além de Londres, houve também manifestações em apoio aos palestinos em Edinburgo e outras cidades. Em Cardiff, Maggie Morgan, da afiliada local da Campanha de Solidariedade Palestina, disse à BBC que os manifestantes no Reino Unido estavam “saíndo às ruas como uma demonstração de solidariedade ao povo de Gaza, para mostrar o nosso apoio para eles, mas também para fazer o governo ouvir e dizer ‘não em nosso nome’, ‘não vamos permitir isso.’”

Israel barra entrada de combustível em Gaza e 120 bebês nas UTIs podem morrer, adverte a ONU

A Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) fez um alerta neste domingo (22) para o fato de que 120 bebês correm risco de vida por falta de combustível na Faixa de Gaza, impedido de entrar pelo governo ditatorial de Israel.

O combustível é fundamental para o funcionamento dos geradores de energia dos hospitais da região, que é alvo de constantes bombardeios israelenses.

Os 20 primeiros caminhões com ajuda humanitária que chegaram em Gaza no sábado (21) não puderam transportar combustível pelo bloqueio de Israel.

“Há atualmente 120 recém-nascidos em incubadoras, 70 deles em ventilação mecânica e, claro, estamos muito preocupados”, afirmou o porta-voz da Unicef, Jonathan Crickx. Neste domingo, 17 caminhões com seis tanques de combustíveis conseguiram entrar no território, mas o número é insuficiente.

“O combustível também é necessário para geradores hospitalares, ambulâncias e usinas de dessalinização – e instamos Israel a adicionar combustível aos suprimentos vitais autorizados a entrar em Gaza”, disse o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, em coletiva de imprensa.

As entidades internacionais cobram a urgência da entrada de combustíveis na Faixa de Gaza, local que abriga mais de 2 milhões de habitantes.

Segundo o Fundo de População da ONU, em média quase 160 mulheres dão à luz todos os dias em Gaza. A entidade calcula que há 50 mil mulheres grávidas no território. O corte de energia elétrica na região, além de alimentos, água, alimentos e medicamentos, tem causado sobrecarga nos hospitais e impactado o funcionamento dos equipamentos das unidades de saúde.

Além dos bebês, cerca de mil pessoas que necessitam realizar diálises também estarão em risco com a falta de combustíveis para os geradores. Na sexta-feira (20), o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, visitou a passagem de Rafah e destacou a urgência da chegada de ajuda humanitária. Segundo ele, os caminhões com suprimentos devem entrar “todos os dias para fornecer apoio suficiente ao povo de Gaza”.

Mais de 4,7 mil pessoas morreram na Faixa de Gaza desde o início do conflito.

O Unicef e a Organização das Nações Unidas (ONU) denunciam a situação desesperadora dos moradores da Faixa de Gaza por causa da ação terrorista do governo de Israel contra a região.

Cerca de um terço da população da Palestina sofria de insegurança alimentar antes deste conflito em Gaza. “Hoje, os estoques nas lojas estão quase esgotados e as padarias estão a fechar, enquanto dezenas de milhares de pessoas estão deslocadas e incapazes de cozinhar ou comprar alimentos em segurança”, relatam as entidades.

“Aza era uma situação humanitária desesperadora antes das hostilidades mais recentes. Agora é catastrófico. O mundo deve fazer mais. Com tantas infra-estruturas civis danificadas ou destruídas em quase duas semanas de bombardeamentos consistentes, incluindo abrigos, instalações de saúde, água, saneamento e sistemas elétricos, o tempo está a esgotar-se antes que as taxas de mortalidade possam disparar devido a surtos de doenças e à falta de cuidados de saúde”, emendam.



Israel impede entrada de combustível, o que acarreta a falta de energia elétrica

Manifestação em Paris cobra o fim do massacre israelense em Gaza



A manifestação na capital francesa no domingo (22) foi uma das maiores na Europa

Líderes mundiais reunidos durante a Cúpula do Cairo exigem cessar-fogo já

Lideranças de todo o mundo, com destaque para dirigentes de países árabes, reunidos na “Cúpula da Paz” – que começou este sábado em Cairo – exigem a entrega de mantimentos em larga escala para a Faixa de Gaza, como única forma de debelar a catástrofe humanitária causada por Israel e uma solução definitiva para o conflito israelense-palestino, que já dura 75 anos. E, antes de mais nada, um cessar-fogo imediato.

“Devemos agir agora para acabar com esse pesadelo”, afirmou o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres.

O Presidente palestino, Mahmoud Abbas, afirmou que os palestinos nunca abandonarão o seu território e sempre resistirão às tentativas de Israel de realocar à força a população de Gaza para o Egito, no meio do atual massacre.

“Nunca iremos embora, nunca deixaremos nossas terras. Resistiremos”, frisou Abbas no seu discurso na Cúpula que começou com a participação de mais de 30 países, mas não conta com a presença de Israel nem de representantes de alto escalão dos Estados Unidos, que não se dispõem a ouvir e considerar a Abbas destacou que a Autoridade Nacional Palestina que preside é a “única entidade” que representa os palestinos e que a única solução para a região é a criação do Estado Palestino com Jerusalém Oriental como capital.

O líder lamentou o “assassinato de civis de ambos os lados” e apelou à “libertação de reféns de ambas as partes”.

Na reunião participam, entre outros, os líderes do Qatar, Emirados Árabes Unidos, Palestina, Jordânia, Itália, Espanha, Grécia e Canadá, os chanceleres do Brasil, da Alemanha, França, Reino Unido e Japão, bem como o presidente do Conselho da União Europeia, Charles Michel. O vice-chanceler Mikhail Bogdanov da Rússia também está presente.

O Egito, país que organizou a



Pedido pelo cessar-fogo e entrega de víveres foi unânime

cúpula, foi a primeira nação árabe a assinar um acordo de paz com Israel, em 1979, e desde então o Cairo atua como mediador habitual entre Israel e os palestinos, incluindo o grupo Hamas.

Além disso, o Egito tem o único ponto de entrada para a Faixa de Gaza que não é controlado por Israel, em Rafah.

No seu discurso de abertura, o presidente egípcio, Abdel Fattah al Sissi, anfitrião do encontro, advertiu que, com a sua ofensiva contra o Hamas, Israel pretende deslocar os palestinos para a Península Egípcia do Sinai, uma linha vermelha que nem o seu país nem o seu governo estão dispostos a aceitar, além da crítica internacional a essa tentativa.

Al Sissi instou os participantes na reunião a estabelecerem um roteiro para que a ajuda a Gaza continue a fluir através da passagem de Rafah para o fim da “crise humanitária” no enclave palestino, através de um acesso “seguro e sustentável”.

A passagem de Rafah foi finalmente aberta hoje para a entrada de 20 caminhões de ajuda humanitária no enclave palestino, sitiado pelo Exército israelita como castigo coletivo nos

moldes nazistas à população de Gaza após o ataque do grupo Hamas a Israel, em 7 de outubro.

GAZA PRECISA DE AJUDA

Para o secretário-geral da ONU, António Guterres, a população da Faixa de Gaza precisa de um “compromisso com muito mais”, de um cessar-fogo e de uma “entrega contínua de ajuda na escala necessária” após a entrada de apenas vinte caminhões através da Travessia de Rafah.

“Um comboio de 20 caminhões do Crescente Vermelho Egípcio está se movimentando hoje. Mas o povo de Gaza precisa de um compromisso para muito, muito mais, uma entrega contínua de ajuda a Gaza na escala necessária. “Estamos trabalhando incansavelmente com todas as partes para conseguir isso”, indicou no seu discurso.

“DOIS ESTADOS”

O secretário-geral da Liga Árabe, Ahmed Aboul Gheit, alerta que “a situação extremamente tensa em Gaza pode transformar-se num conflito religioso”, o que, segundo ele, “levaria a uma catástrofe maior e mais prolongada”.

Leia mais no site do HP

EUA veta texto brasileiro aprovado por doze votos a um no Conselho de Segurança da ONU

O texto apresentado pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU de pausa humanitária e a criação de corredores de ajuda a civis recebeu o voto favorável de 12 países membros do órgão, duas abstenções e apenas um voto contrário.

O único país que votou contra foi os EUA. A Casa Branca, que estimula a guerra na Europa, está insuflando a guerra também no Oriente Médio e impediu o cessar-fogo pretendido por toda a comunidade internacional.

Apesar de isolado no Conselho de Segurança, os Estados Unidos usaram o seu poder de veto e impediram que a proposta aprovada fosse colocada em prática. Os EUA estão levando navios de guerra para a região com o intuito de incendiar ainda mais a agressão de Israel contra os palestinos.

O texto brasileiro, vetado pelos EUA, condenava toda a violência e hostilidades

contra civis e todos os atos de terrorismo e apelava à libertação imediata e incondicional de todos os reféns. A resolução proposta pelo Brasil pedia, ainda, pausas no conflito que permitissem o acesso de ajuda humanitária à Faixa de Gaza, região onde a guerra está concentrada.

A votação do texto elaborado pelo Itamaraty havia sido adiada duas vezes – a primeira por mudanças no texto e a segunda por conta do bombardeio israelense a um hospital na Cidade de Gaza, que deixou quase 500 mortos. A sessão foi aberta pelo embaixador do Brasil na ONU. Em seguida, o representante da Rússia sugeriu duas mudanças ao texto, e a resolução foi para votação, e o resultado foi o seguinte:

Doze países votaram a favor do texto – entre eles França e China.



Linda Greenfield dos EUA

Apenas um país – os Estados Unidos – votou contra.

E dois – Rússia e Reino Unido – se abstiveram.

Linda Thomas-Greenfield, embaixadora dos EUA na ONU, anunciou o veto à busca do governo brasileiro pela paz no Oriente Médio. Os norte-americanos têm a prerrogativa de vetar uma resolução já que são uma das nações com assento permanente no Conselho de Segurança.

Uma multidão exigiu cessar-fogo imediato, o fim do cerco de Israel à Faixa de Gaza e defendeu a imediata entrega de ajuda humanitária à população

Uma multidão foi às ruas de Paris neste domingo (22) realizar uma das maiores manifestações da Europa em defesa da Palestina e contra o terrorismo do governo de Israel, liderado por Benjamin Netanyahu.

Os manifestantes repudiaram os ataques de Israel contra a Faixa de Gaza que já fizeram 4.651 mortos e 14.245 feridos, segundo o Ministério da Saúde do Estado da Palestina.

Eles exigiram um cessar-fogo imediato, o fim do cerco de Israel à Faixa de Gaza e defenderam a entrega de ajuda humanitária à região palestina.

Na quinta-feira (19), os parisienses já haviam feito uma grande manifestação em defesa dos palestinos.

A ditadura israelense obrigou mais de 1 milhão de pessoas a deixar as próprias casas no norte de Gaza.

A revolta no mundo contra a barbaridade de Israel aumentou após o bombardeio, na terça-feira (17), que atingiu um hospital de Gaza, matando 500 pessoas, boa parte crianças.

Após duas semanas do início dos bombardeios israelenses contra a Faixa de Gaza centenas de milhares de pessoas continuam a sair às ruas em várias cidades do mundo para mostrar a sua solidariedade aos palestinos.

Em Londres, no sábado (21), 300 mil repudiaram os crimes israelenses contra os palestinos. “Palestina Livre” e “Parem os bombardeios”, exigiram os manifestantes, defendendo um cessar-fogo imediato já,



Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas

“Paz só será alcançada com o fim da ocupação israelense na Palestina”, diz Mahmoud Abbas

O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, denunciou na Cúpula da Paz, no Egito, os ataques de Israel contra crianças e mulheres palestinas e apelou pela abertura de corredores humanitários, hoje impedida pelo cerco e bombardeio.

Abbas discursou sobre as “tentativas de deslocar o nosso povo em Gaza e também alertamos contra qualquer expulsão de palestinos das suas casas ou deslocamento de Jerusalém ou da Cisjordânia. Não aceitaremos o deslocamento e permaneceremos firmes na nossa terra”.

“Devido à ausência de justiça e dos direitos legítimos do povo palestino, afirmamos aqui que a segurança e a paz são alcançadas através da implementação da solução de dois Estados, pondo fim à ocupação israelense das terras do Estado da Palestina, tendo Jerusalém como capital, e resolvendo a questão dos refugiados palestinos”, defendeu o presidente.

Mahmoud Abbas afirmou que a “máquina de guerra israelense” está violando o direito interna-

a entrada de ajuda humanitária e o fim do regime de apartheid e ocupação.

A manifestação – a maior dos últimos 20 anos – foi convocada pelas entidades Campanha de Solidariedade à Palestina, Amigos de Al-Aqsa, Coligação Pare a Guerra, Associação Muçulmana da Grã-Bretanha, Fórum Palestino na Grã-Bretanha e Campanha pelo Desarmamento Nuclear.

Além de Londres, houve também manifestações em apoio aos palestinos em Edinburg, Birmingham e outras cidades. Em Cardiff, Maggie Morgan, da afiliada local da Campanha de Solidariedade Palestina, disse à BBC que os manifestantes no Reino Unido estavam “saindo às ruas como uma demonstração de solidariedade ao povo de Gaza, para mostrar o nosso apoio para eles, mas também para fazer o governo ouvir e dizer ‘não em nosso nome’, ‘não vamos permitir isso’”.

Também no sábado, dezenas de milhares foram às ruas do Brooklin, Nova Iorque (EUA), em solidariedade aos palestinos e contra a brutalidade do regime de Israel. Houve ainda manifestações nas cidades norte-americanas de Los Angeles e Chicago.

No mundo inteiro os atos contra o genocídio da horda israelense perpetrado sobre os palestinos se proliferam.

Aconteceram atos nas cidades dos EUA, Inglaterra, Brasil, França, Espanha, Polónia, Holanda, Escócia, Austrália, Austrália, Turquia, Chile, Peru, Paquistão, Bangladesh, Iraque, Iran, Iêmen, Marrocos, Jordânia.

cional “ao atingir milhares de civis, a maioria dos quais são crianças e mulheres, e instalações sem discriminação, especialmente hospitais, escolas e abrigos para civis”.

Na terça-feira (17), Israel bombardeou o Hospital al-Ahli, no centro da cidade de Gaza, e matou cerca de 500 civis que estavam no local, parte deles crianças. Desde o dia 7 de outubro, Israel já destruiu 27 hospitais e centros de saúde em Gaza.

Os ataques israelenses, no entanto, não se resumem a Gaza. Abbas lembrou que colonos e forças de ocupação de Israel atacam diariamente “civis desarmados na Cisjordânia e em Jerusalém”.

Na Cúpula da Paz, para a qual Israel não enviou nenhum representante e os Estados Unidos enviaram um diplomata de pouca relevância, o Brasil defendeu “um cessar-fogo imediato” e a criação de corredores humanitários.

Mauro Vieira, chanceler brasileiro, disse que “a destruição de infraestrutura civil, incluindo de atendimento à saúde, é inaceitável”.

Observações sobre o racismo (parte 5)

Continuação da edição anterior

Do fato do racismo existir tanto no Brasil quanto nos EUA não decorre que ele seja igual – o mesmo – nos dois países. Nem, muito menos, que o modo de enfrentá-lo tenha que ser o mesmo ou que tenhamos de importar ou nos submeter aos critérios norte-americanos do seu movimento antirracista – sobretudo quando os norte-americanos mais lúcidos consideram que esses critérios, e formas de luta, estão errados

CARLOS LOPES

E, por fim (embora o leitor possa encontrar muito mais na íntegra do texto):

“... o que pensar desses pesquisadores americanos que vão ao Brasil encorajar os líderes do Movimento Negro a adotar as táticas do movimento afro-americano de defesa dos direitos civis e denunciar a categoria pardo (termo intermediário entre branco e preto que designa as pessoas de aparência física mista) a fim de mobilizar todos os brasileiros de ascendência africana a partir de uma oposição dicotômica entre ‘afro-brasileiros’ e ‘brancos’ no preciso momento em que, nos Estados Unidos, os indivíduos de origem mista se mobilizam a fim de que o Estado americano (a começar pelos Institutos de Recenseamento) reconheça, oficialmente, os americanos ‘mestiços’, deixando de os classificar à força sob a etiqueta exclusiva de ‘negro’? Semelhantes constatações nos autorizam a pensar que a descoberta tão recente quanto repentina da ‘globalização da raça’ resulta, não de uma brusca convergência dos modos de dominação etno-racial nos diferentes países, mas antes da quase universalização do *folk* concept norte-americano de ‘raça’ sob o efeito da exportação mundial das categorias eruditas americanas” (Bourdieu e Wacquant, **art. cit.**, p. 23, *itálicos no original*).

15

Há muito, como transcrevemos acima, Alberto Guerreiro Ramos afirmou que “os nossos grandes problemas ‘antropológicos’ – o do índio e o do negro – são aspectos particulares do problema nacional de caráter eminentemente econômico e político” (Guerreiro Ramos, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, 2ª edição, Editora UFRJ, 1995, p. 167). Guerreiro Ramos observa que a situação do negro em supostos estudos “antropológicos” no Brasil constituía, já em sua época, uma importação dos EUA: “Toda a sociologia e a antropologia norte-americanas, largamente difundidas no Brasil, baseiam-se no pressuposto de que a sociedade ianque, atual, é perfeita ou definitiva, apresentando apenas defeitos parciais, que podem ser corrigidos por meio de medidas tecnicamente elaboradas. Absolutizam o presente. Não o veem como um momento fugaz de uma série dialética”



(Guerreiro Ramos, **op. cit.**, p. 148).

“... a antropologia europeia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial” (Guerreiro Ramos, **op. cit.**, p. 165).

“... a atual antropologia europeia e, principalmente, a norte-americana estão longe de se ter depurado de resíduos ideológicos. Conceitos igualmente equivocados como o de ‘raça’ tornaram-se basilares no trabalho antropológico. **Entre eles, os de estrutura social**, o de aculturação, o de mudança social, os quais supõem uma concepção quietista da sociedade e, assim, contribuem para a ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos. Tal orientação, adotada literalmente pelos profissionais de países como o Brasil, constitui-se em poderoso fator de alienação” (Guerreiro Ramos, **op. cit.**, p. 166, grifo nosso).

E, finalmente, ele situa a posição real do negro em nossa história e na nossa sociedade – se esta se propõe a cumprir (e sem isso ela está fadada à destruição) o seu destino de desenvolvimento, independência e liberdade:

“... desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de problema do negro puramente econômico, desatado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional. A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu” (Guerreiro Ramos, **op. cit.**, p. 200, *itálico no original*).

Isto foi escrito, frisamos, ainda que o leitor



Foto Marcelo Camargo/ Agência Brasil

Há muito ressaltou Frantz Fanon que a origem do racismo está no colonialismo (v., principalmente, Frantz Fanon, Em Defesa da Revolução Africana, trad. Isabel Pascoal, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1980; e, do mesmo autor, Les Damnés de la Terre, François Maspero, Paris, 1961).

O imperialismo, portanto, usa uma arma que foi forjada por seu antecessor, o colonialismo. Na época deste último, o racismo tinha o papel de considerar inferiores os nativos das colônias conquistadas a ferro, sangue e fogo – portanto, “justificar” o massacre, a escravização desses nativos e a anexação das colônias. Em nossa época, o racismo tem o papel de “justificar” a repressão e a exploração sobre o proletariado dos países centrais e sobre os povos dos países dependentes.

Nesses últimos – caso do Brasil – o combate ao racismo está diretamente ligado à luta pela libertação nacional, ou seja, à luta pelo fim das relações de subordinação ao imperialismo

saiba, por um negro. A primeira edição do livro de Guerreiro Ramos saiu em 1957.

16

Nos últimos anos, têm aparecido algumas concepções, sobretudo na luta contra o racismo, que nos parecem equivocadas ou, no mínimo, discutíveis. Daí a origem deste texto. Porém, aqui, não dessemos a coisas excessivamente toscas, como o mal-fadado “lugar de fala”, já enfrentado e superado por Lenin, desde a polêmica com os economicistas, registrada em seu livro **Que Fazer?** (1902), portanto, há 121 anos.

Preferimos nos ater a teses mais respeitáveis – portanto, mais difíceis para o movimento antirra-

cista e para o movimento popular em geral.

Mesmo assim, é forçoso reconhecer que boa parte – senão a totalidade – dessas teses não têm origem no Brasil. São lamentáveis importações ou subordinações ideológicas, quase sempre com fonte nos EUA – onde também são um instrumento de dominação ideológica dos negros e dos trabalhadores, ainda que de modo diferente ao que operam em nosso país.

Do fato do racismo existir tanto no Brasil quanto nos EUA não decorre que ele seja igual – o mesmo – nos dois países. Nem, muito menos, que o modo de enfrentá-lo tenha que ser o mesmo ou que tenhamos de importar ou nos submeter aos critérios norte-americanos do seu movimento antirracista

– sobretudo quando os norte-americanos mais lúcidos consideram que esses critérios, e formas de luta, estão errados.

Aliás, considerando a diferença entre os dois países (os EUA, um país imperialista; o Brasil, um país dependente), seria inconcebível que o racismo fosse igual em um e em outro.

No Brasil, o racismo é um instrumento do imperialismo para manter a nação subjugada – com certeza, existem setores da burguesia interna que também se beneficiam do racismo. São aqueles setores burgueses que saboreiam as sobras e migalhas da dominação imperialista.

Nos EUA, o racismo é um instrumento do imperialismo para submeter os trabalhadores de seu próprio país. O que inclui, também, como vimos no caso do identitarismo, a dominação da burguesia negra norte-americana sobre o proletariado negro norte-americano.

Nos dois casos, portanto, o racismo está vinculado à política da burguesia imperialista – mas é diferente quando se trata de um país subordinado, como o Brasil, ou do país-matriz, como os EUA.

Há muito ressaltou Frantz Fanon que a origem do racismo está no colonialismo (v., principalmente, Frantz Fanon, **Em Defesa da Revolução Africana**, trad. Isabel Pascoal, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1980; e, do mesmo autor, **Les Damnés de la Terre**, François Maspero, Paris, 1961).

O imperialismo, portanto, usa uma arma que foi forjada por seu antecessor, o colonialismo. Na época deste último, o racismo tinha o papel de considerar inferiores os nativos das colônias conquistadas a ferro, sangue e fogo – portanto, “justificar” o massacre, a escravização desses nativos e a anexação das colônias.

Em nossa época, o racismo tem o papel de “justificar” a repressão e a

exploração sobre o proletariado dos países centrais e sobre os povos dos países dependentes.

Nesses últimos – caso do Brasil – o combate ao racismo está diretamente ligado à luta pela libertação nacional, ou seja, à luta pelo fim das relações de subordinação ao imperialismo.

Não é um círculo vicioso afirmar, também, que a libertação nacional não é possível sem a unidade de todo o povo – portanto, a unidade de negros, indígenas e brancos.

Na verdade, isso apenas quer dizer que a superação do racismo se dá na própria constituição da frente necessária para derrotar o imperialismo dentro do país.

Esta frente, já dissemos acima, terá que incluir todas as classes interessadas no desenvolvimento nacional – cuja trava é constituída, precisamente, pela dominação imperialista.

Resta uma questão: é possível a **total** superação do racismo na revolução nacional? Ou somente no socialismo ela será possível?

A questão é irrisória, pois não existe outro modo de se chegar ao socialismo, no Brasil, que não seja através do desenvolvimento nacional. Logo, a luta contra o racismo é parte do processo nacional que é o caminho para o socialismo.

E, se restassem dúvidas, uma questão semelhante foi abordada, do ponto de vista teórico e prático, por Lenin, em 1921: a revolução nacional, ao ir às suas últimas consequências, entrelaça-se com a revolução socialista – e esta, por sua vez, leva (e somente ela pode levar) até às últimas consequências a revolução nacional.

É verdade, Lenin estava se referindo à revolução democrático-burguesa.

Mas o que vale para uma revolução, vale para a outra (cf. V.I. Lenin, **Con motivo del cuarto aniversario de la Revolución de Octubre**, Obras Completas, t. 44, Editorial Progreso, Moscú, pp. 150-159).